

## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS

O ano de 2025 foi economicamente desafiador, mas também por avanços estruturais importantes e conquistas relevantes para o Grupo Pernambucanas, estabelecendo bases sólidas para o crescimento sustentável nos próximos anos. O ano foi também o primeiro ano completo da reestruturação iniciada no 4º Trimestre de 2024 com diversos marcos estratégicos e operacionais, principalmente pela jornada de transformação que segue em ritmo acelerado. Nos últimos anos, o setor de varejo brasileiro tem experimentado mudanças estruturais relevantes, decorrentes da evolução dos canais de venda, da digitalização do consumo e da crescente exigência dos consumidores por maior conveniência, eficiência e qualidade na experiência de compra. Esse ambiente competitivo mais dinâmico exige das organizações capacidade contínua de adaptação, eficiência operacional e disciplina na alocação de recursos.

Nesse contexto, a Companhia vem mostrando resiliência para esses períodos mais desafiadores, e que vem sendo superados pelo processo abrangente de revisão de seu modelo operacional e estratégico, com o objetivo de fortalecer sua competitividade, aprimorar seus processos de gestão e estabelecer bases sólidas para um novo ciclo de desenvolvimento e entrega de resultados sustentáveis.

Em 2025, tivemos o início da operação da P-LOG (braço logístico do Grupo de serviços de transporte para serviços terceiros) que vem trazendo ganhos de eficiência e sinergias importantes com a operação do varejo. Ainda, o maior amadurecimento da Governança Corporativa permitiu organizar e potencializar os diferentes negócios da Companhia, assegurando maior foco estratégico por empresa, autonomia operacional e eficiência na gestão, pautados no processo de Transformação. Enxergamos os desafios como catalisadores de transformação. Os desafios com a geração de caixa, que em 2025 apresentou um CCL negativo em R\$ 698.027 (2024 – R\$ 809.839) e, serão enfrentados com melhorias no ciclo de recebimento (com aumento de participação do Cartão Pernambucanas nas vendas e nos incentivos ao pagamento via PIX), renegociações de prazo de pagamento com os principais fornecedores e alongamento dos prazos de pagamento dos fornecedores internacionais, viabilizados com o início da operação com novas *tradings* que em 2026 serão responsáveis por aproximadamente 30% da importação, com impacto de R\$ 25.000, redução da cobertura de estoque em 5 dias, com impacto positivo anual estimado em R\$ 50.000, repêrimento da dívida bancária por meio de operações estruturadas via mercado de capitais e conclusão da venda do Hotel Jatiúca com impacto de R\$ 115.000 e redução da antecipação de recebíveis em razão da geração de caixa operacional. Essas ações em conjunto têm potencial em reduzir o CCL em 50% ao longo do ano. O resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos, embora ainda negativo em R\$ 464.940, apresentou melhora de 22% em relação ao exercício anterior. Essa evolução decorre, principalmente, da redução das despesas com vendas, no montante de R\$ 125.502, bem como da diminuição do resultado negativo das controladas, que registrou melhora de R\$ 18.558 no período. Em contrapartida, observou-se aumento das despesas financeiras, especialmente das despesas com juros, que cresceram R\$ 41.687, cerca de 50% desse acréscimo refere-se à despesa de natureza não caixa associada à remuneração das debêntures emitidas como instrumento para viabilizar o aporte de capital realizado pelos acionistas ao final de 2024. Tais debêntures são obrigatoriamente conversíveis em ações e, quando da conversão, terão seus saldos integralizados ao capital social. Ademais, outros fatores que contribuíram para o crescimento das despesas com juros incluem o aumento do custo das operações de antecipação de recebíveis, refletindo, tanto o maior volume de utilização dessas linhas, quanto o ambiente de taxas mais elevadas observado ao longo do exercício.

Estamos focando e reestruturando nossa estrutura de *backoffice* e processos, com foco em redução de despesas recorrentes e ganhos em produtividade, para tornar a Companhia mais eficiente e competitiva.

Na busca pela constante inovação que permeou a história da Pernambucanas ao longo dos últimos 117 anos, a criação da nova marca corporativa (Grupo Pernambucanas), materializa um propósito e valores renovados, que orientam a atuação do Grupo e fortalecem o relacionamento com seus públicos estratégicos, especialmente *stakeholders* institucionais como colaboradores, investidores e parceiros.

#### Vendas

Apesar de um ambiente de consumo ainda seletivo e dos desafios decorrentes de condições climáticas e macroeconômicas menos favoráveis no segundo semestre, a Companhia teve uma leve redução na receita líquida no montante R\$ 295.053 (redução de 7,92%) contra o ano anterior, em grande parte explicado pela saída da Companhia do setor de telefonia cuja a venda em 2024 representou R\$ 336.871. O nosso custo de vendas foi reduzido em R\$ 325.734 (15,08%) contra o ano anterior, e consequentemente o lucro bruto melhorou em R\$ 30.681, representando um crescimento de 2% comparado com o ano anterior. O vestuário, responsável por 68% da Receita do Varejo, cresceu 5%, com destaque para o primeiro semestre – especialmente no evento de Dia das Mães (maio), que registrou crescimento expressivo de 10% – refletindo coleções bem calibradas e o fortalecimento da relevância da moda na Companhia.

Em 2025, observou-se uma evolução consistente do *ticket médio* (+4,1%), resultante do aumento de peças por cupom (+1,3%) e crescimento do preço médio (2,8%) em função de uma gestão mais efetiva de estoques e consequentemente menor demarcação. O desempenho foi sustentado por categorias estratégicas que reforçam o posicionamento da marca, como Jeans Feminino, Esportivo Feminino e Urbano Feminino, todas com crescimento de dois dígitos, evidenciando a assertividade das decisões de sortimento e a conexão com as preferências do consumidor.

Em Cama, Mesa e Banho, o desempenho refletiu um segundo semestre mais desafiador para o varejo, enquanto a categoria de Eletroportáteis permaneceu pressionada por um ambiente mais desafiador. Por outro lado, o setor de Beleza apresentou forte aceleração ao longo do ano, especialmente no segundo semestre, impulsionado pela iniciativa de transformação que envolveu a revisão do mix, ampliação da área de venda e inclusão de novas categorias, reforçando a crença da Companhia seu potencial de crescimento e diversificação de receitas.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 484 lojas em operação e registrou evolução em indicadores relacionados à qualidade da receita e à execução comercial, em linha com as iniciativas estratégicas conduzidas no período.

#### Transformação

Ao longo de 2025, o plano de transformação contempla um conjunto integrado de 433 iniciativas, distribuídas entre diferentes áreas da organização e conduzidas de forma coordenada entre as equipes executivas.

As iniciativas foram identificadas a partir de análises operacionais, comerciais e financeiras, contemplando oportunidades de melhoria em processos, otimização de custos, evolução do modelo comercial e fortalecimento da experiência do cliente.

Consideradas em conjunto, essas iniciativas apresentam **potencial agregado estimado superior a R\$ 700.000**, refletindo ganhos de eficiência operacional, melhoria de processos e aprimoramento da gestão comercial ao longo dos próximos ciclos operacionais. Mais do que um conjunto de projetos específicos, o plano representa uma evolução do modelo de gestão da Companhia, com foco no fortalecimento da disciplina de execução, na utilização mais intensiva de dados para tomada de decisão e na ampliação da capacidade organizacional de identificar e capturar oportunidades de melhoria.

#### Governança e metodologia de execução

A implementação do plano de transformação é conduzida por meio de uma metodologia estruturada com apoio de consultoria de gestão de primeira linha sendo liderada pelo nosso time interno no desenvolvimento e acompanhamento das iniciativas.

Cada iniciativa percorre etapas definidas de maturidade, desde a identificação de oportunidades até a implementação e monitoramento dos resultados.

#### Identificação de oportunidades

Mapeamento estruturado de oportunidades operacionais e comerciais, com estimativas preliminares de impacto e avaliação inicial de viabilidade.

#### Análise e estruturação das iniciativas

Aprofundamento das análises, definição dos planos de ação e identificação dos indicadores de acompanhamento.

#### Planejamento para implementação

Estruturação operacional das iniciativas, incluindo definição de cronogramas, responsáveis e validação pelas áreas executivas.

#### Execução e monitoramento

Implementação das iniciativas e acompanhamento sistemático da evolução das ações e dos resultados obtidos.

A governança do programa é conduzida por um **Escritório de Transformação**, responsável por consolidar informações, acompanhar a execução das iniciativas e apoiar as áreas na priorização das ações.

Essa estrutura permite maior visibilidade sobre o progresso das iniciativas e contribui para assegurar alinhamento contínuo entre as prioridades estratégicas da Companhia e a execução operacional.

#### Frentes estratégicas de atuação

As iniciativas do plano estão organizadas em frentes de trabalho que refletem os principais vetores operacionais e estratégicos do negócio.

Cada frente possui uma estrutura executiva e liderança dedicada, assegurando responsabilidade clara pela condução das iniciativas e integração entre as diferentes áreas da organização.

As principais frentes de atuação são:

#### Comercial

Iniciativas voltadas ao aprimoramento da estratégia comercial, incluindo evolução dos modelos de precificação, gestão de sortimento e fortalecimento da competitividade da proposta de valor da Companhia.

#### Lojas

Projetos direcionados ao aumento da produtividade das lojas, à melhoria da experiência do cliente e ao aprimoramento dos processos operacionais no ponto de venda.

#### Cadeia de Abastecimento (CDA)

Ações focadas na otimização do fluxo de mercadorias, na melhoria da gestão de estoques e no desenvolvimento de ferramentas analíticas voltadas ao planejamento de demanda e abastecimento.

#### Escritório Central (EC)

Iniciativas voltadas à simplificação organizacional, revisão de processos administrativos e melhoria da eficiência operacional das áreas corporativas.

#### PEFISA – Serviços financeiros

Projetos direcionados ao desenvolvimento e fortalecimento das soluções financeiras integradas ao varejo, ampliando o relacionamento com clientes e contribuindo para a geração de valor no ecossistema da Companhia.

#### Cultura e transformação organizacional

Iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura de eficiência, à disciplina de execução e orientação a resultados em toda a organização.

#### Principais iniciativas e impactos operacionais

Entre as iniciativas implementadas ao longo de 2025, com maturação prevista ao longo de 2026, destacam-se projetos estruturantes voltados à melhoria da eficiência operacional e ao fortalecimento do desempenho econômico do negócio.

#### Entre os principais programas destacam-se:

##### Inteligência de demanda e estoque

Implantação de modelos avançados de analítica para otimização da distribuição de mercadorias e redução de rupturas nas lojas, com impacto estimado em aproximadamente **R\$ 45.000 de EBITDA**.

##### Precificação estratégica

Adoção de modelos analíticos de precificação dinâmica, considerando elasticidade de demanda e papel estratégico dos produtos nas diferentes categorias, com impacto estimado em **R\$ 14.000 de EBITDA**.

##### Otimização de fornecimento

Implementação de metodologia de negociação baseada em análise de custos abertos (*cleansheet analysis*) e ampliação da base de fornecedores, com impacto estimado em **R\$ 38.000 de EBITDA**.

##### Gestão de Relacionamento com Clientes (CRM)

Implantação de nova plataforma de CRM voltada à automação de campanhas, personalização de comunicações e aumento da frequência de compra, com impacto estimado em **R\$ 11.000 de EBITDA**.

##### Performance de lojas

Programa estruturado para recuperação de unidades com desempenho abaixo do esperado, com impacto estimado em **R\$ 16.000 de EBITDA**.

##### Eficiência em custos e despesas

Renegociação de contratos de tecnologia e serviços indiretos, com redução relevante de despesas recorrentes, com impacto estimado em **R\$ 39.000 de EBITDA**. Adicionalmente, a Companhia mantém mais de **100 iniciativas em fase de desenvolvimento e implementação**, com impacto adicional estimado em aproximadamente **R\$ 156.000 de EBITDA** ao longo do processo de maturação das iniciativas.

Consideradas em conjunto, as iniciativas implementadas e em execução já indicam **avanços consistentes na eficiência operacional e na expansão dos resultados operacionais**, com evolução estimada de aproximadamente **R\$ 243.000 de EBITDA** ao longo do processo de transformação em 2025.

Com uma estratégia ainda mais orientada ao cliente, a Pernambucanas ampliou, ao longo de 2025, seus investimentos e ações de *marketing* com o objetivo de fortalecer o posicionamento da marca e a presença nos principais pontos de contato com o público. A atuação incluiu campanhas em mídia tradicional, como TV e rádio, ampliando o alcance e a frequência das promoções e comunicações institucionais, além de uma estratégia robusta em mídia *out of home* (OOH), com presença em YouTube, metrô, painéis em estações de ônibus e plataformas de mídia programática. No ambiente digital, a empresa também expandiu sua atuação nas redes sociais, com ingresso nas plataformas Kwai e TikTok.

#### PEFISA

A controlada PEFISA, responsável pelas soluções financeiras integradas ao varejo do Grupo Pernambucanas e varejistas de outros segmentos, desempenha papel relevante no fortalecimento do relacionamento com clientes e na geração de valor no ecossistema da Companhia.

Ao longo de 2025, a operação financeira atuou em um ambiente macroeconômico igualmente desafiador, marcado por níveis elevados de taxa de juros e maior seletividade no mercado de crédito. Nesse contexto, a estratégia adotada priorizou o crescimento gradual e sustentável da carteira, com foco na qualidade dos ativos e no aprimoramento dos mecanismos de controle de risco.

Entre as principais iniciativas implementadas destacam-se:

##### Evolução dos modelos de crédito

Aprimoramento das políticas de concessão e incorporação de novas bases de dados, incluindo informações provenientes do Cadastro Positivo e do Sistema de Informações de Crédito (SCR), permitindo maior precisão nas decisões de crédito.

##### Fortalecimento dos mecanismos de prevenção a fraudes

Implementação de novas ferramentas de controle nos processos de *onboarding* e nas transações com cartões, contribuindo para aumento das taxas de aprovação e redução de perdas operacionais.

##### Expansão da proposta de valor ao cliente

Ampliação de programas de benefícios para portadores de cartão ativo, incluindo iniciativas de *cashback*, programas de pontuação e benefícios associados a produtos de seguros, com o objetivo de fortalecer a principalidade dos cartões na relação com os clientes.

##### Expansão da presença comercial nas lojas

Continuidade da estratégia de presença física por meio do modelo *store-in-store*, que tem contribuído para a ampliação da originação de produtos financeiros, especialmente operações consignadas e empréstimos pessoais.

##### Aprimoramento dos processos de cobrança e recuperação

Evolução da capacidade analítica por meio da segmentação de estratégias de cobrança, revisão de políticas de negociação e implementação de agentes conversacionais baseados em inteligência artificial nos processos digitais.

Como resultado desse conjunto de iniciativas, a operação financeira apresentou **melhoria** ao longo do período, refletindo ganhos relevantes de eficiência na gestão de risco e na qualidade da carteira de crédito.

#### NOSSA GENTE E ESG

O compromisso com os colaboradores e a sociedade se traduziu em uma série de iniciativas que impactaram o negócio e a sociedade. Um dos principais destaques foi o fortalecimento da cultura interna orientada à transformação e à inovação. Como parte desse movimento, a empresa promoveu a mudança de sua sede administrativa para um novo escritório, concebido para estimular a integração, a colaboração e a troca entre as equipes, além da implantação de novos modelos de trabalho voltados às áreas administrativas, alinhados às melhores práticas de flexibilidade e produtividade.

O ano de 2025 também focou mercado pelo desenvolvimento das lideranças. O Grupo criou sete novos programas de formação, envolvendo lideranças de loja, centro de distribuição e sede administrativa, possibilitando fortalecer ainda mais o elo entre a estratégia e a execução na ponta. Durante esse período, foram totalizadas mais de 250 mil horas de treinamento.

Outra importante frente foi o avanço consistente em nossa agenda de ESG, reforçando o compromisso com um crescimento responsável e inclusivo. O ano foi marcado pela ampliação das iniciativas de impacto social, pela evolução das práticas de governança e pelo fortalecimento da transparência ambiental.

No pilar social, destacam-se as ações de inclusão produtiva e a consolidação da Companhia como referência em diversidade e equidade. Atualmente, 66% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres e 45% por pessoas negras. Novas parcerias, como a firma com a Secretaria de Direitos Humanos, ampliaram o alcance das iniciativas voltadas à empregabilidade de grupos sub-representados.

Em governança, o relançamento do Código de Conduta e Ética, atualizado com temas contemporâneos como inteligência artificial, saúde mental e apostas (bets), alcançou 98% de engajamento dos colaboradores. A Semana de Integridade e Compliance reforçou boas práticas essenciais e contribuiu para o fortalecimento de um ambiente corporativo ético e seguro.

No aspecto ambiental, foi realizado novamente o inventário completo das emissões e a marca alcançou a 11ª posição no Índice de Transparência da Moda Brasil, com 52% de *mix*, resultado que supera em mais de duas vezes a média do setor.

Esses resultados demonstram a evolução contínua na integração dos princípios de sustentabilidade à nossa estratégia de negócios e reafirmam o compromisso da Companhia com impacto positivo e desenvolvimento de longo prazo.

(¹) Números não auditados.

São Paulo, 18 de março de 2026  
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em milhares de reais)					
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota	2025	Controladora	2025	Consolidado
		2024	2024	2024	2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.198	304.227	622.550	926.372
Aplicações financeiras	5	17.616	-	285.601	178.288
Contas a receber de clientes	6	356.633	267.867	3.202.431	3.475.556
Estoques	7	424.345	417.295	440.792	444.412
Impostos a recuperar	9	333.368	200.134	333.368	200.134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	12.208	102.440	30.375	157.982
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	11.166	-	11.166
Partes relacionadas	8	199.733	80.133	19.601	33.891
Outros créditos	11	83.555	97.742	326.627	227.014
		1.551.056	1.481.004	5.261.345	5.654.615
Ativos não circulantes mantidos para venda	13d	64.753	64.018	60.109	64.018
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.616.409</b>	<b>1.545.022</b>	<b>5.321.454</b>	<b>5.718.633</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	5	40.823	40.364	40.823	40.364
Contas a receber de clientes	6	-	-	464.914	193.868
Impostos a recuperar	9	56.613	245.567	85.478	255.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	415.829	415.116	848.629	847.916
Depósitos judiciais	19	53.127	69.016	53.127	69.016
Outros créditos	11	60.700	18.486	117.992	106.623
		627.092	788.549	1.610.963	1.512.910
Propriedades para investimento	13c	-	-	25.643	25.643
Investimentos	13	1.090.912	1.023.949	-	-
Imobilizado	14	465.288	519.051	467.045	521.407
Direito de uso de ativo	15	1.091.823	1.220.046	1.091.997	1.220.742
Intangível	16	178.256	247.712	340.831	421.002
		2.826.279	3.010.758	1.925.516	2.188.794
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.453.371</b>	<b>3.799.307</b>	<b>3.536.479</b>	<b>3.701.704</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.069.780</b>	<b>5.344.329</b>	<b>8.857.933</b>	<b>9.420.337</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	840.505	841.924	2.747.790	2.663.727
Fornecedores – risco sacado – Bancos	17a	44.804	46.674	44.804	46.674
Fornecedores – risco sacado – FIDC	17b	46.224	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	159.779	256.607	1.366.136	1.343.453
Obrigações trabalhistas	18a	184.778	123.844	202.591	140.699
Obrigações fiscais	18b	243.048	173.055	270.205	256.663
Instrumentos financeiros derivativos	10	1.615	-	1.615	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	-	653
Cessão de direitos creditórios – FIDC	6	186.910	203.126	186.910	203.126
Passivo de arrendamento	15	240.556	243.506	240.771	243.917
Partes relacionadas	8	228.616	334.172	-	33.891
Demais contas a pagar	20	22.162	26.914	145.073	150.306
Receita diferida	21	50.686	40.904	20.686	10.904
Passivo financeiro	22	-	-	20.041	-
<b>Total passivo circulante</b>		<b>2.249.683</b>	<b>2.290.843</b>	<b>5.247.275</b>	<b>5.093.364</b>
Fornecedores	17	-	-	389	389
Passivo a descoberto de investida	13	6.092	10	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	54.612	1.117.526	1.529.346
Obrigações fiscais	18a	24.257	2.907	25.336	3.759
Provisão para demandas judiciais	19	245.118	211.192	259.241	228.712
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	4.489	-
Passivo de arrendamento	15	1.198.770	1.301.848	1.198.782	1.302.350
Debêntures conversíveis em ações	18b	125.106	67.713	125.106	67.713
Demais contas a pagar	20	12.658	11.882	12.658	12.259
Receita diferida	21	544.181	292.100	203.581	67.100
Obrigações trabalhistas	23	519	-	519	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.156.701</b>	<b>1.942.264</b>	<b>2.947.637</b>	<b>3.216.127</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	24	830.000	830.000	830.000	830.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.935)	(183)	(1.935)	(183)
Reservas de lucros (prejuízos) acumulados	24	(164.669)	281.405	(164.669)	281.405
		663.396	1.111.222	663.396	1.111.222
Participação de não controladores	-	-	-	-	(376)
<b>Patrimônio líquido total</b>		<b>663.396</b>	<b>1.111.222</b>	<b>663.021</b>	<b>1.110.846</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.069.780</b>	<b>5.344.329</b>	<b>8.857.933</b>	<b>9.420.337</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)					
	Nota	2025	Controladora	2025	Consolidado
		2024	2024	2024	2024
<b>Receita líquida de venda e dos serviços prestados</b>		<b>3.431.563</b>	<b>3.726.616</b>	<b>4.982.685</b>	<b>4.830.051</b>
<b>Custo das vendas e dos serviços prestados</b>		<b>(1.834.996)</b>	<b>(2.160.730)</b>	<b>(2.242.430)</b>	<b>(2.083.895)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.596.567</b>	<b>1.565.886</b>	<b>2.740.255</b>	<b>2.746.156</b>
Despesas com vendas	27	(1.163.184)	(1.308.686)	(1.198.405)	(1.319.418)
Despesas gerais e administrativas	27	(557.145)	(559.281)	(1.002.181)	(955.011)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber</					

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>										
<b>Prejuízo do exercício</b>		(464.940)	(386.297)	(464.940)	(386.297)	18	584.713	956.357	1.062.236	610.937
<b>Ajustes:</b>						15	(60.038)	(99.233)	(80.038)	(65.210)
Depreciação e amortização	14 15 16	374.825	374.321	412.593	391.587		(152.711)	(145.109)	(152.788)	(145.241)
Valor residual das baixas do ativo permanente	14 16	4.465	77.072	5.353	175.091		-	-	-	(6.338)
Ajustes a valor justo		-	-	-	4.191		-	-	-	242.953
<b>Impairment</b> Imóveis provisão (reversão)	13c	-	-	-	(31.042)		-	-	-	168.619
Resultado da equivalência patrimonial		69.746	88.304	(3.634)	(3.217)	5	(18.075)	14.313	(107.772)	168.619
Atualização de empréstimos e arrendamentos	15 18	239.352	252.536	632.703	559.271		353.889	969.275	741.638	805.720
Juros e variações monetárias, líquidas		6.196	(13.860)	10.318	(15.603)		-	42.998	-	-
Juros de cessão de direitos creditórios – FIDC		31.350	13.592	31.350	13.592		8	1.000	42.095	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	12	-	-	850	5.117		8	(8.200)	(75.794)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	12	-	(209.832)	(12.577)	(290.475)		13c	-	-	152.012
Provisão para contingências e atualização monetária	19	44.623	78.925	41.226	80.732		13	(115.394)	(186.392)	(5.623)
<b>Impairment</b> de arrendamento / imobilizado	15 18	18.577	51.963	18.579	51.964		-	-	-	110.363
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa		-	-	215.932	(54.499)		(55.934)	(57.495)	(83.063)	(116.924)
Perda esperada com perda de estoque		6.236	1.450	6.236	1.450		-	-	-	57.840
		330.430	328.174	893.989	501.862		(178.528)	(49.420)	(51.620)	197.668
<b>Variações de ativos e passivos</b>										
Contas a receber de clientes	6	(122.662)	425.899	(247.949)	584.216		15	(211.397)	(207.787)	(211.607)
Estoques	7	(13.286)	130.204	(2.616)	148.557		6	(860.776)	(945.446)	(860.776)
Impostos a recuperar	9	55.720	88.621	36.210	89.410		6	847.106	728.728	847.106
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	90.232	76.749	127.607	103.282		18	-	67.713	67.713
Depósitos judiciais e cauções	19	15.889	(6.600)	15.889	(6.561)		18	-	67.713	67.713
Partes relacionadas	8	(189.385)	138.683	12.050	-		18	134.594	84.687	684.329
Recetas diferidas	21	261.863	(10.572)	146.263	(10.572)		8	8.200	42.458	48.548
Outros créditos	11	(25.129)	(13.673)	(103.440)	(75.294)		18	(272.117)	(464.724)	(1.452.892)
Fornecedores	17	42.918	(232.933)	82.193	(323.316)		8	(1.000)	(188.588)	-
Passivo financeiro	22	-	-	20.041	-		8	(1.000)	(188.588)	-
Provisão para demandas judiciais	19	(10.697)	(7.628)	(10.697)	(516.874)		8	(355.390)	(882.959)	(993.840)
Obrigações trabalhistas	17	61.933	3.651	65.584	7.440		18	(180.029)	36.896	48.518
Obrigações fiscais	9 34	91.343	23.787	35.119	97.304		18	124.198	304.227	622.550
Demais contas a pagar	13 20	(3.976)	9.979	(4.834)	11.603		18	(180.029)	36.896	(303.822)
										48.518

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	de lucros	de reservas				
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		830.000	(997)	123.044	550.281	-	1.502.328	(375)	1.501.953	
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.623)	(386.297)	(391.920)	(1)	(391.921)	
Outros resultados abrangentes do exercício – hedge accounting	10	-	1.232	-	-	-	1.232	-	1.232	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos		-	(418)	-	-	-	(418)	-	(418)	
Utilização da reserva de retenção de lucros		-	-	-	(386.297)	386.297	-	-	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		830.000	(183)	123.044	158.361	-	1.111.222	(376)	1.110.846	
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 na Controlada PEFISA		-	-	-	18.866	-	18.866	-	18.866	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(464.940)	(464.940)	1	(464.939)	
Outros resultados abrangentes do exercício – hedge accounting	10	-	(2.095)	-	-	-	(2.095)	-	(2.095)	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos		-	712	-	-	-	712	-	712	
Outros resultados abrangentes do exercício – variação cambial		-	(369)	-	-	-	(369)	-	(369)	
Utilização da reserva de retenção de lucros e legal		-	-	(123.044)	(177.227)	300.271	-	-	(369)	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		830.000	(1.935)	-	-	(164.669)	663.396	(375)	663.021	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (“Pernambucanas”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital - Brasil e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.  
A Companhia compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” ou “Consolidado”). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 484 lojas (31 de dezembro 2024 – 485 lojas).

**Reforma tributária sobre o consumo**  
Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O método de transição está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas modalidades, a saber: contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Selo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.  
Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamenta parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.  
Embora, a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.  
Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

**Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas**  
Embora, os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Administração não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas. A Administração realiza o monitoramento e endurecer riscos futuros atrelados às mudanças climáticas.

**1.1. Plano de ação da Administração para os próximos exercícios**  
Em 31 de dezembro 2025, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam prejuízo no exercício no montante de R\$ 464.940 (2024 – Prejuízo de R\$ 386.297) e capital circulante líquido negativo na Controladora, no montante de R\$ 698.027 (dezembro de 2024 – R\$ 809.839). No Consolidado, apresenta um capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 14.070 (31 de dezembro 2024 – positivo R\$ 561.251).  
A Companhia vem executando um plano estruturado com o objetivo de reverter a posição de Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo, no âmbito de sua estratégia de transformação para os próximos exercícios. No exercício findo em 2025, já se observa evolução positiva na Controladora, com crescimento de 14% do CCL em relação ao exercício anterior, refletindo os efeitos iniciais das medidas implementadas.  
Adicionalmente, a Administração identificou oportunidades para liquidação de passivos tributários ao longo do exercício de 2026 no montante estimado de R\$ 140.000. A efetivação dessas medidas deverá produzir impacto positivo relevante sobre o CCL da Companhia.  
No Consolidado, a variação do CCL decorre substancialmente das operações da controlada PEFISA, cuja dinâmica operacional envolveu a concentração de vencimentos financeiros, especialmente no segundo semestre de 2025. Tais efeitos são inerentes ao modelo de negócios daquela controlada e deverão ser mitigados pela recomposição de caixa prevista por meio de captações financeiras programadas ao longo do exercício de 2026.  
A Administração monitora continuamente a estrutura de capital e a liquidez do Grupo, avaliando a suficiência dos recursos disponíveis e das fontes de financiamento contratadas ou planejadas para suportar suas obrigações de curto prazo e a continuidade operacional.  
A Companhia, com 117 anos de atuação no setor varejista, está conduzindo uma ampla transformação estratégica com o objetivo de fortalecer sua posição competitiva e promover melhoria estrutural e sustentável dos resultados operacionais e financeiros.  
A transformação tem como foco a captura de impactos recorrentes e não recorrentes, assegurando expansão consistente de resultado e sustentabilidade no longo prazo. Os principais direcionadores estratégicos são:  
• **Expansão do EBITDA**, por meio de maior inteligência nas decisões comerciais e na gestão de vendas, incluindo definição de coleções, alocação de produtos, otimização de preços e promoções, priorização de lojas com maior potencial e melhoria do mix de produtos.  
• **Otimização de custos**, com revisão estrutural de processos, racionalização de recursos financeiros e de tecnologia da informação, além da implementação de soluções de análise avançada, inteligência artificial e automação.  
• **Fortalecimento da experiência do cliente**, garantindo jornada integrada e consistente em todos os canais, com maior agilidade na resposta às dinâmicas de mercado.  
A execução é conduzida de forma estruturada por um Escritório de Transformação, cuja liderança integra o nível executivo máximo da Companhia, reforçando a prioridade estratégica do programa.  
A metodologia de implementação está organizada em três fases:  
(i) **Identificação de potencial**: diagnóstico detalhado das oportunidades, validação e aprovação do *business case*, incluindo estimativa de impacto total em regime de transição e respectiva calendarização até a maturação;  
(ii) **Planejamento e estruturação**: definição de planos de ação, metas e responsabilidades claras.  
(iii) **Implementação e monitoramento**: acompanhamento sistemático pelo Escritório de Transformação, em conjunto com a área financeira, com monitoramento mensal da captura e sustentabilidade dos impactos projetados.  
Atualmente, a Companhia conta com 433 iniciativas ativas, distribuídas em sete frentes: Comercial, Lojas, Centro de Distribuição, Escritório Central, PEFISA, Jornada do Cliente e Cultura.  
No exercício de 2025, foram implementadas 218 iniciativas, lideradas por 135 responsáveis, gerando impacto recorrente estimado superior a R\$ 700 milhões em regime de transição. Destes, totais 57 iniciativas, equivalentes a R\$ 79 milhões de impacto recorrente, já atingiram estabilidade plena, com efeito integral esperado no resultado de 2026, o restante das iniciativas implementadas atingirá o impacto máximo ao longo de 2026 alinhado com sua curva de maturação.  
Entre as principais iniciativas implementadas em 2025, com maturação prevista ao longo de 2026, destacam-se:  
• **Inteligência de Demanda e Estoque**: implantação de modelo avançado de analítica para otimização de distribuição e redução de rupturas. EBITDA projetado de R\$ 45 milhões;  
• **Precificação Estratégica**: adoção de modelo de precificação dinâmica com base em elasticidade e papel estratégico dos produtos. EBITDA projetado de R\$ 14 milhões;  
• **Otimização de Fornecimento**: implementação de metodologia de negociação com análise de custos abertos (*cleansheet analysis*) e ampliação da base de fornecedores. EBITDA projetado de R\$ 38 milhões;  
• **Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM)**: lançamento de nova plataforma para automação de campanhas, personalização de comunicação e aumento de frequência de compra. EBITDA projetado de R\$ 11 milhões;  
• **Performance de Lojas**: programa estruturado para recuperação de unidades com desempenho abaixo do esperado. EBITDA projetado de R\$ 16 milhões;  
• **Eficiência em Custos e Despesas**: renegociação de contratos de tecnologia e serviços indiretos, com redução relevante de despesas recorrentes. EBITDA projetado de R\$ 39 milhões.  
Os resultados já observados indicam avanços consistentes na eficiência operacional e expansão do EBITDA.  
Para 2026, a Companhia dará continuidade à maturação das iniciativas implementadas e à ampliação do *pipeline* de projetos. Atualmente, mais de 100 iniciativas encontram-se em fase de desenvolvimento e implementação, com impacto adicional a 2025, capturado em EBITDA de R\$ 156 milhões. Os resultados já observados indicam avanços consistentes na eficiência operacional e na expansão do EBITDA, com crescimento de aproximadamente R\$ 273 milhões.  
A Administração mantém o compromisso com a disciplina na execução, geração de valor e fortalecimento sustentável do negócio.

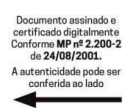
**1.2. Relação de entidades que compõem o Grupo**  
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes entidades controladas diretas e indiretas (“Grupo”):

Controladas	Participação			
	2025		2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”)	-	100%	-	100%
Hotel Jatúcia S.A. (“Hotel Jatúcia”)	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (“Alicnc”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Muricy Sociedade Comercial Ltda. (“Muricy”)	99,99%	-	99,99%	-
Voltei Intermediações de Negócios Ltda. (“Voltei”)	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	99,99%	-	99,99%	-
Jatúcia Administradora e Serviços Ltda.	10,00%	90,00%	10,00%	90,00%
PEFISA Corretora de Seguros S.A.	-	100%	-	100%
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (“Alta Promotora”)	100%	-	100%	-
Pernambuco (Shanghai) Consulting Management Co.	100%	-	100%	-
Lundinvest S.A. - Investimentos e Participações	100%	-	100%	-
P-LOG Transportes Ltda.	100%	-	100%	-
Alisa Administração Hoteleira S.A.	100%	-	100%	-
Alicnc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)	-	100%	-	100%
Alicnc SPE – Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Ourinhos”)	-	100%	-	100%
<b>FIDC – Fornecedores (Operações de Risco Sécado)</b>				
Pernambucanas Fornecedor Fundo de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada (“FIDC Fornecedores”)	-	100%	-	-

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambuco Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).  
A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatúcia S.A., localizada em Macaé, Estado de Alagoas.  
Em 2023, a Companhia colocou à venda a sua operação do ramo hoteleiro, a qual foi avaliada como altamente provável, e foi aprovada e assinada em 9 de outubro de 2023. Como resultado desta avaliação, o Hotel Jatúcia foi classificado no balanço patrimonial como um ativo não circulante mantido para venda. Em março de 2025, houve renegociação do prazo para conclusão do negócio. A expectativa para conclusão dessa operação é até o final do primeiro semestre de 2026.  
No ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por meio da controlada Arthur Lundgren Investimentos e Incorporação e Administração Ltda. (“ALINC”), bem como suas controladas e sociedades de propósito específico (SPEs) Brooklin e Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. As receitas de vendas, os custos de terrenos e a construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos com clientes. No momento, as operações da Companhia consistem na venda de seus estoques, uma vez que a Alicnc não possui previsão de lançar novos empreendimentos.

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para apontar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal





ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**3. Julgamentos e estimativas contábeis críticos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**3.1.1. Julgamento crítico**

**(a) Continuidade operacional**

Conforme descrito na Nota 1.1, a Administração da Companhia elaborou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve a referida Nota, o plano da Administração para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios considera em suas principais ações uma profunda transformação estratégica mediante implementação de uma série de iniciativas em diversas áreas de negócio. A Administração acredita que este conjunto de ações permitirá a Companhia alcançar o equilíbrio em seus negócios no futuro próximo. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período de tempo apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

**3.1.2. Estimativas críticas**

**(a) Incertezas de estimativas e omissões das contas a receber de clientes**

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e por clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA. Na Nota 6, está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

**(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques**

A provisão para perdas e desvalorização dos estoques é constituída para cobrir as prováveis perdas, sejam elas decorrentes de quebras identificadas na execução do inventário físico ou da necessidade de vender produtos abaixo do seu valor de custo. A estimativa para perdas em inventário é calculada com base no histórico de apurações realizadas nas lojas e nos centros de distribuição. Por outro lado, a provisão para desvalorização é aplicada a itens que serão vendidos abaixo do preço de aquisição como em liquidações por troca de coleção ou produtos com pequenos defeitos de manuseio. Para estes casos, o cálculo é feito comparando o custo registrado da mercadoria com seu valor líquido de venda esperado.

**(c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos**

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração. As premissas e os julgamentos utilizados pela Administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração (Nota 12).

**(d) Provisão para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias**

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**(e) Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro**

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicado a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Como requisito pela IFRIC 22 / IFRIC 23, o Grupo efetuou uma avaliação das posições tributárias assumidas nos últimos 5 anos e concluiu que é provável que as autoridades tributárias aceitem as posições tributárias assumidas pelo Grupo, portanto, não requerendo provisão em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**(f) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, é determinado por meio da utilização de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os métodos e definir as premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Para mensuração do valor justo de determinados ativos financeiros não negociados em mercados ativos, a Companhia utiliza, principalmente, a metodologia de fluxo de caixa descontado.

**(g) Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário**

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

**(i) Determinação do prazo de arrendamento**

Após determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e as circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou período após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário.

**(h) Receita diferida**

A apropriação ao resultado das receitas diferidas é realizada ao longo do prazo contratual ou conforme o cumprimento das obrigações de desempenho previstas nos contratos. A determinação do período de reconhecimento envolve julgamento da Administração quanto à expectativa de prestação dos serviços ou fruição dos direitos contratuais, podendo eventuais alterações nessas premissas impactar o momento de reconhecimento das receitas.

**3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

**Alterações adotadas pelo Grupo**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

**Alterações à IAS 21 / CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Convertibilidade:** As alterações especificam como avaliar se uma moeda é convertível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A seguinte alteração não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2025.

**3.3. Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**(a) Norma IFRS 9 e IFRS 7 / CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros; Evidenciando para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

**(b) Norma IFRS 18 / CPC26 (R1) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:**

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora, o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou na mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos foram identificados:

- Embora, a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado, no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação e desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho em transição; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

**(c) IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:**

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

**(d) Melhorias Anuais às Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais limitam-se a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).

As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

**(e) Alterações ao IAS 21 – Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

**(f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 – "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	16.385	20.739	20.406	29.728
Numerário em trânsito	9.904	3.976	9.904	3.976
Aplicações financeiras (i)	87.909	279.512	592.240	892.668
	124.198	304.227	622.550	926.372

(i) As aplicações financeiras da Controladora são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 86,05% do CDI ou 12,82% ao ano (31 de dezembro de 2024 – 87,84% do CDI ou 10,59% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (fluante), com rendimento médio anual de 100,00% do CDI (31 de dezembro de 2024 – 100,19% do CDI). Em 31 de dezembro de 2025, existem transações da Controladora com partes relacionadas no montante de R\$ 105 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 3.781), registradas em aplicações financeiras. Os valores de caixa e equivalentes de caixa não apresentam restrições de uso.

**5. Aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações Financeiras (i)	-	11.209	-	11.209
Aplicações Financeiras – caixa restrito (ii)	34.104	4.260	34.104	4.260
Aplicações Financeiras – FIDC (iii)	24.335	24.895	24.335	24.895
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (iv)	-	-	261.351	178.288
Aplicações financeiras – FIDC fornecedores (v)	-	-	6.634	-
	58.439	40.364	326.424	218.652
Circulante	17.616	-	285.601	178.288
Não circulante	40.823	40.364	40.823	40.364

(i) Aplicação financeira de longo prazo a juros de 99% do CDI (31 de dezembro de 2024 – 99% do CDI). Estas aplicações não atendem aos critérios de classificação como caixa e equivalentes de caixa devido à sua natureza de investimento a longo prazo, ausência de liquidez imediata.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras restritas, compostas majoritariamente por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e aplicações em fundos de investimento. São aplicações mantidas como garantia de operações específicas como bloqueios judiciais, contas vinculadas (escrow account) e aplicações associadas a empréstimos informados na Nota 18.

O valor de R\$ 17.616 atualmente no circulante refere-se aplicações em CDB no Banco Industrial do Brasil S.A., operação iniciada no exercício de 2025 com rendimento a 102% do CDI.

(iii) Refere-se ao valor da cota subordinada do Pernambuco Fundo de Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("FIDC"), à qual a Companhia é detentora, correspondente a 11% do total do Fundo e está correlacionado à cessão dos direitos creditórios apresentados na Nota 6.

(iv) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LTF, e são classificadas nas categorias "VJR". O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

(v) Em 2025, a Companhia passou a consolidar o Pernambuco Fornecedores Fundo de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada ("FIDC Fornecedores"), estruturado para aquisição de direitos creditórios de fornecedores. O montante de R\$ 6.634 apresentado na linha de aplicações financeiras no consolidado refere-se a aplicações mantidas pelo próprio FIDC, substancialmente em fundos de renda fixa, conforme evidenciado no balanço do fundo, e não representa aplicação direta adicional da Companhia. O saldo decorre da estrutura operacional do veículo e corresponde a recursos mantidos temporariamente em instrumentos de alta liquidez, destinados à gestão de caixa do fundo. Não há saldo correspondente em 31 de dezembro de 2024, por tratar-se de operação estruturada e consolidada a partir do exercício de 2025.

**6. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes por meio de cartão de crédito (i)	160.191	53.745	191.223	96.054
Operações de crédito (ii)	-	-	3.278.123	3.359.048
Contas a receber – FIDC (iii)	196.442	214.122	196.442	214.122
Contas a receber fretes	-	-	1.557	-
	356.633	267.867	3.667.345	3.669.224
Circulante	356.633	267.867	3.202.431	3.475.356
Não circulante	-	-	464.914	193.868

(i) As contas a receber de clientes incluem os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e débito da Companhia sendo que, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 160.191 (R\$ 54.455 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à carteira própria e ao montante de R\$ 196.442 (R\$ 214.122 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à carteira cedida ao Pernambuco Fundo de Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("FIDC"), que manteve-se apresentada como contas a receber, pois a Companhia é detentora de cotas subordinadas, conforme apresentado na Nota 5, e, como consequência, não transferiu substancialmente o risco da carteira de crédito para que houvesse o desreconhecimento do ativo. Os saldos de contas a receber de carteira própria e de carteira cedida ao Pernambuco Fundo de Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("FIDC"), estão demonstrados conforme segue:

(ii) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia pela controlada PEFISA.

**Saldos por vencimento das contas a receber (exceto operação FIDC)**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>A vencer</b>				
Até 30 dias	102.282	29.009	3.059.855	1.089.566
De 31 a 60 dias	23.066	8.303	84.527	550.273
De 61 a 90 dias	22.102	9.992	82.662	316.192
De 91 a 180 dias	12.420	4.607	13.503	558.294
	321	2.544	13.080	570.353
	160.191	54.455	3.253.627	3.084.678
	2025	2024	2025	2024
<b>Vencidas</b>				
De 01 a 30 dias	-	-	173.787	237.949
De 31 a 60 dias	-	-	2.043	67.668
De 61 a 90 dias	-	-	2.377	77.697
De 91 a 180 dias	-	-	226.463	254.232
	-	-	622.645	527.694
	-	-	1.227.315	1.165.240

**Saldos por vencimento das contas a receber vinculado com a operação FIDC**

O quadro a seguir apresenta os valores de contas a receber que foram cedidos ao FIDC.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Titulos cedidos – FIDC (iii)</b>				
<b>A vencer</b>				
De 01 a 30 dias	64.483	61.328	64.483	61.328
De 31 a 60 dias	102.235	33.327	102.235	33.327
De 61 a 90 dias	-	48.898	-	48.898
De 91 a 180 dias	29.169	54.524	29.169	54.524
Entre 181 e 360 dias	565	16.045	565	16.045
	196.442	214.122	196.442	214.122

(iii) A Companhia antecipa parte de seus recebíveis através de Pernambuco Fundo de Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("FIDC"), com o objetivo de fazer captações para seu fluxo operacional. Em 31 de dezembro de 2025, os montantes envolvidos na carteira cedida são: Carteira cedida bruta no montante de R\$ 196.442 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 214.122), obrigação pelo recebimento da transferência da carteira líquida de R\$ 186.910 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 203.126) registrado no passivo circulante na rubrica "Cessão de direitos creditórios – FIDC" e juros a transcorrer de R\$ 9.532 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 10.996), que serão apropriados ao resultado à medida que for ocorrendo a baixa da carteira.

Abaixo segue a movimentação do FIDC no exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Saldo inicial	214.122	-
Carteira cedida bruta	860.776	956.442
Liquidações	(847.728)	(728.728)
Juros apropriados (Nota 29)	(31.350)	(13.583)
<b>Saldo final</b>	196.442	214.122
	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Saldo inicial	203.126	-
Realização pelo recebimento da carteira	(203.126)	214.122
Adiantamento de cessão de carteira	196.442	-
Juros a transcorrer	(9.532)	(10.996)
<b>Valor recebido líquido</b>	186.910	203.126

**Saldos das contas a receber líquido**

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Carteira			Provisão constituída por estágio		
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas esperadas	Perdas incorridas	Perdas adicionais
Estágio 1	2.812.172	248.953	3.061.125	102.692	-	-
Estágio 2	140.529	37.419	177.948	-	104.389	5.905
Estágio 3	-	1.048.703	1.048.703	-	761.587	35.081
<b>Total geral da carteira</b>	<b>2.952.701</b>	<b>1.335.075</b>	<b>4.287.776</b>	<b>102.692</b>	<b>865.976</b>	<b>40.986</b>
<b>Composição por faixa / Avaliação de provisão</b>	<b>68,86%</b>	<b>31,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,17%</b>	<b>85,77%</b>	<b>4,06%</b>

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda	430.397	423.061	430.397	423.061
Incorporação imobiliária	-	-	16.447	27.117
Material para consumo	24.262	29.583	24.262	29.583
Provisão para perdas nos estoques	(14.701)	(20.937)	(14.701)	(20.937)
Ajuste a valor presente	(15.613)	(14.412)	(15.613)	(14.412)
	<b>424.345</b>	<b>417.295</b>	<b>440.792</b>	<b>444.412</b>

As operações de compras a prazo foram trazidas ao seu valor presente, utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. A taxa mensal utilizada foi de 1,42% ao mês (31 de dezembro de 2024 – 1,43% ao mês). O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às provisões para perdas de inventário e para desvalorização dos estoques, ambas constituídas conforme os critérios descritos na Nota 2.3.6.

Movimentação da provisão para perda nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(20.937)	(22.387)	(20.937)	(22.387)
Adição	(14.701)	(20.937)	(14.701)	(20.937)
Baixa por perda	20.937	22.387	20.937	22.387
<b>Saldo final</b>	<b>(14.701)</b>	<b>(20.937)</b>	<b>(14.701)</b>	<b>(20.937)</b>

8. Partes relacionadas

O faturamento das vendas aos clientes da Companhia é realizado por sua controlada PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são executadas pelo Departamento de Crédito e Cobrança da controlada. Em decorrência desses serviços, parte dos custos incorridos por esse departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora, conforme acordos vigentes entre as partes. Além dessa relação entre a Controladora e a PEFISA, o Grupo mantém outros contratos de mútuos entre empresas do mesmo grupo econômico, celebrados no curso normal de suas operações, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa e a alocação de recursos financeiros entre as entidades. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação de 100% da taxa SELIC, tendo correspondido a uma taxa média de 14,29% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 – 10,83% ao ano). Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão apresentados, conforme segue:

(a) Controladora

Em 31 de dezembro de 2025

	Controladora		FIDC - Fomecedores		Total 2025
	PEFISA	Lundinvest	Alinc	Promotora	
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes caixa	105	-	-	-	105
<b>Total partes relacionadas em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>105</b>				<b>105</b>
Contas a receber de clientes	136.308	27	3.859	71	140.638
Contratos de mútuos (ii)	-	-	33.558	5.936	39.494
Contratos de mútuos – com acionistas (iv)	-	-	-	-	19.601
<b>Total ativo circulante</b>	<b>136.308</b>	<b>27</b>	<b>37.417</b>	<b>6.007</b>	<b>199.733</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(105)	-	-	-	(105)
<b>Total partes relacionadas depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>(105)</b>				<b>(105)</b>
Repasso de recursos (i)	(106.074)	-	-	-	(106.074)
Contratos de mútuos – com acionistas (iv)	-	-	-	(7.542)	(7.542)
Cessão de direitos creditórios (iii)	(115.000)	-	-	-	(115.000)
<b>Total – partes relacionadas – Passivo circulante</b>	<b>(221.074)</b>				<b>(228.616)</b>
Obrigações de risco sacado – FIDC	-	-	-	-	46.224
<b>Total obrigações de risco sacado – FIDC</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.224</b>
Receita diferida com partes relacionadas (Nota 21)	405.000	-	-	-	405.000
<b>Total de receita diferida com partes relacionadas</b>	<b>405.000</b>				<b>405.000</b>
<b>Resultado do exercício</b>					
Receitas (Despesas) financeiras	(15.030)	-	(3.998)	(456)	(19.484)
<b>Total resultado</b>	<b>(15.030)</b>	<b>-</b>	<b>(3.998)</b>	<b>(456)</b>	<b>(19.484)</b>

- (i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados no prazo médio de 2 (dois) dias úteis.
- (ii) Referem-se a mútuos efetuados para controlada Alinc, Altsa Promotora e Hotel Jatiúca, com o objetivo de suprir necessidades de caixa, o qual está sendo remunerado pela variação da SELIC.
- (iii) Em 2023, a Companhia colocou à venda a sua operação do ramo hotelaria, o qual foi avaliada como altamente provável, e foi aprovada e assinada em 9 de outubro de 2023. Como resultado desta avaliação, o Hotel Jatiúca foi classificado no balanço patrimonial como um ativo não circulante mantido para venda. Em março de 2025, houve renegociação do prazo para conclusão do negócio. A expectativa para conclusão dessa operação é até junho de 2026.
- (iv) Em março de 2025, a Companhia firmou contrato de cessão dos direitos creditórios com a PEFISA, por conta da venda do Hotel pelo valor de R\$ 115.000 sem direito de regresso, até a conclusão da operação. Foi dado como garantia a alienação fiduciária das ações do Hotel Jatiúca.
- (v) Trata-se de transação envolvendo a cessão de direitos creditórios sobre o valor de venda de imóveis de determinados acionistas em conexão com emissão de debêntures conversíveis em ações. A baixa dos valores a receber (ativo circulante), ocorrerá após a venda dos imóveis.

Em 31 de dezembro de 2024

	PEFISA		LUNDINVEST		ALTA EMPREENDIMENTOS		ALTA PROMOTORA		MURICY	ACIONISTAS	Total – 2024
	PEFISA	LUNDINVEST	Alinc	Empreendimentos	Promotora	Muricy					
<b>Ativo circulante</b>											
Caixa e equivalentes caixa	3.781	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.781
<b>Total partes relacionadas em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.781</b>										<b>3.781</b>
Contas a receber de clientes	6.438	18	3.374	-	-	371	-	-	-	-	10.201
Contratos de mútuos (ii)	-	-	34.077	-	-	1.964	-	-	-	-	36.041
Contratos de mútuos – com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	33.891	-	33.891
<b>Total ativo circulante</b>	<b>6.438</b>	<b>18</b>	<b>37.451</b>			<b>1.964</b>	<b>371</b>		<b>33.891</b>		<b>80.133</b>
<b>Passivo circulante</b>											
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(3.781)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.781)
<b>Total partes relacionadas depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>(3.781)</b>										<b>(3.781)</b>
Repasso de recursos (i)	(300.281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.281)
Contratos de mútuos – com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.891)	-	(33.891)
<b>Total passivo circulante</b>	<b>(300.281)</b>								<b>(33.891)</b>		<b>(334.172)</b>
<b>Resultado do exercício</b>											
Receitas (Despesas) financeiras	(31.993)	-	926	(523)	(59)	-	-	-	-	-	(31.649)
<b>Total resultado</b>	<b>(31.993)</b>	<b>-</b>	<b>926</b>	<b>(523)</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(31.649)</b>

- (i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados no prazo médio de 2 (dois) dias úteis.
- (ii) Referem-se a mútuos efetuados para controlada Alinc e para a Altsa Promotora, com o objetivo de suprir necessidades de caixa, o qual está sendo remunerado pela variação da SELIC.

A conciliação da movimentação dos mútuos está demonstrada abaixo:

Empresa	31/12/2024		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		31/12/2025
	Captações	Juros provisionados	Juros liquidados	Liquidação principal					
<b>Mútuos ativos</b>									
Alinc	13.382	4.218	1.481	-	(8.150)	10.931			
SPE Ourinhos	20.695	-	2.483	-	(550)	22.628			
Altsa Promotora	1.964	3.545	498	-	(71)	5.936			
<b>Total</b>	<b>36.041</b>	<b>7.763</b>	<b>4.462</b>		<b>(8.771)</b>	<b>39.495</b>			
<b>Mútuos passivos</b>									
Hotel Jatiúca	-	8.200	342	-	(1.000)	7.542			
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8.200</b>	<b>342</b>		<b>(1.000)</b>	<b>7.542</b>			
<b>Empresa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Captações</b>	<b>Juros provisionados</b>	<b>Juros liquidados</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>31/12/2024</b>			
<b>Mútuos ativos</b>									
Alinc	-	54.236	1.241	(914)	(41.181)	13.382			
SPE Ourinhos	-	19.648	1.047	-	-	20.695			
Altsa Promotora	-	1.910	54	-	-	1.964			
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>75.794</b>	<b>2.342</b>		<b>(914)</b>	<b>36.041</b>			
<b>Mútuos passivos</b>									
Hotel Jatiúca	-	11.482	90	(90)	(11.482)	-			
PEFISA	27.014	4.500	2.748	(2.762)	(31.500)	-			
Alinc	27.543	17.011	230	(256)	(44.528)	-			
Altsa Empreendimentos	4.995	9.465	523	(567)	(14.416)	-			
Altsa Promotora (i)	116.516	-	494	(30.348)	(86.662)	-			
<b>Total</b>	<b>176.068</b>	<b>42.458</b>	<b>4.085</b>	<b>(34.023)</b>	<b>(188.588)</b>	<b>-</b>			

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas, tendo um valor fixo mínimo de aluguel. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas com amortização do direito de uso, juros, arrendamentos e aluguéis com partes relacionadas totalizaram R\$ 14.439 (2024 – R\$ 27.952). O montante de direito de uso é de R\$ 50.779 (2024 – R\$ 57.248) e passivo de arrendamento no montante de R\$ 60.987 (2024 – R\$ 68.601).

Remuneração da Administração na Controladora e Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração fixa e variável	4.986	19.521	4.222	21.791
Plano de ações	-	519	-	-

A Companhia não possui benefícios pós-emprego ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia. O plano de incentivos baseado em ações é destinado exclusivamente à Diretoria executiva, o detalhe do plano de ações está destacado na Nota 23. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atingimento de metas.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS a recuperar (i)	205.948	278.540	207.245	279.850
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	2.871	5.723	2.871	5.723
ICMS-ST a recuperar	24.552	20.467	24.552	20.467
ICMS transferência interestadual (ii)	24.943	30.363	24.943	30.363
ICMS retido substituição tributária (iii)	39.188	40.963	39.188	40.963
INSS a recuperar (iv)	90.582	69.645	92.136	69.645
Outros impostos a recuperar	1.897	-	27.911	8.248
<b>Ativo circulante</b>	<b>389.981</b>	<b>445.701</b>	<b>418.846</b>	<b>455.257</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>333.368</b>	<b>200.134</b>	<b>333.368</b>	<b>200.134</b>
	<b>56.613</b>	<b>245.567</b>	<b>85.478</b>	<b>255.121</b>

- (i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na Controladora no montante de R\$ 205.948 (31 de dezembro 2024 – R\$ 278.540), refere-se à ação judicial transitada em julgado em 8 de novembro de 2018 que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS. Em 2024, houve um valor adicionado a este montante, decorrente da inclusão do ICMS-ST também na exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme discussões judiciais com sede de repercussão geral no âmbito do STF, ocorrida em 2024. O montante reconhecido em 2024 foi de R\$ 226.443.

- (ii) O saldo de ICMS a recuperar na Controladora, no montante de R\$ 24.943 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 30.363), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo, ou seja, o ICMS pago antecipadamente no momento da transferência das mercadorias para as lojas.
- (iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na Controladora, no montante de R\$ 39.188 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 40.963), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.
- (iv) O INSS a recuperar em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 90.582 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 69.645) refere-se aos processos administrativos de recálculo do FAP/RAT/SAT, oriundo da aplicação da Súmula 357 retroativos ao ano de 2010, após conversão dos depósitos judiciais em renda para a União, com saldo em "disponibilidade" a ser usado em compensações com INSS a recolher no valor atualizado a R\$ 62.084, e ação judicial de INSS sobre 1/3 férias reconhecido no resultado em abril/2025 no montante de R\$ 28.498.

Os impostos a recuperar serão realizados nos seguintes prazos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	333.368	200.134	333.368	200.134
2027	56.613	245.567	85.478	255.123
<b>Total</b>	<b>389.981</b>	<b>445.701</b>	<b>418.846</b>	<b>455.257</b>

10. Instrumentos financeiros derivativos

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adota a contabilidade de hedge de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial associado às captações em moeda estrangeira.

A parcela eficaz das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, em outros resultados abrangentes.

Tais valores são reclassificados para o resultado do exercício quando os fluxos de caixa do item objeto de hedge afetarem o resultado ou quando o risco objeto do hedge for eliminado.

Em 31 de dezembro de 2025, o portfólio de instrumentos financeiros derivativos da Companhia pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado			
	2025	2024	2025	2024		
<b>Início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Dólar contratado</b>	<b>Valor de contrato</b>	<b>Ponta ativa</b>	<b>Ponta passiva</b>	<b>Ajustes</b>
28/08/2025	31/08/2026	5,4115	45.000	45,824	45,066	

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Varejo	Mix 2025	Mix 2020	Crescimento médio anual venda bruta próximos 5 anos	Aumento margem 2025 a 2030	Redução média anual SG&A próximos 5 anos
Vestuário	68,5%	68,3%	7,2%	3,6 p.p.	Pessoal 4,1%
Lã	24,8%	23,7%	6,3%	4,5 p.p.	Ocupação 4,6%
Outros*	6,8%	12,4%	10,8%	4,4 p.p.	Outros -7,1%
Total	100,0%	100,0%	7,2%	3,9 p.p.	Total 1,2%

\*Portáteis e Beleza

Financeira

Performance esperada nos próximos 5 anos	
<b>Carteira de crédito</b>	Evolução anual de 11%
<b>Rentabilidade da carteira</b>	Redução de 11,4 p.p. em função de novo mix da carteira
<b>Perda líquida %</b>	Redução de 11,7 p.p. em função de novo mix da carteira
<b>Loss absorption</b>	Incremento de 0,94 p.p.
<b>Índice de eficiência</b>	Ganho de produtividade em torno de 5,3 p.p.

**Período estimado de realização do imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa**  
Com base no resultado das projeções derivadas das premissas acima (cenário-base), a recuperação desses créditos tributários, é estimada para ocorrer nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2026	17.726	37.490
2027	36.548	61.629
2028	55.115	87.220
2029	71.618	119.154
2030	24.367	213.469
2031 a 2035	205.374	533.852

(b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferido ativo por companhia:

	2025	2024
Casas Pernambucanas	415.829	415.116
PEFISA	432.759	432.759
Promotora	40	41
Alinec	(4.498)	(4.499)
	844.130	843.417

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ocorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social do lucro da Companhia considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros oriundas da nova estratégia da Companhia (Nota 1.1), bem como oportunidades de planejamento tributário, em andamento. As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de base de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 71.042 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 71.203), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada mais provável que não de utilização. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R\$ 24.154 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 24.209). Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(464.940)	(476.668)
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social – %	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>158.080</b>	<b>162.067</b>
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:		
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	723
Multas e atualizações monetárias indedutíveis	(1.345)	(2.806)
Juros / IRPJ / CSLL a compensar	-	2.836
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(138.044)	(144.876)
Direitos autorais – Royalties	(5.919)	(5.919)
Resultado de equivalência patrimonial	(23.712)	(31.117)
Exclusão atualização monetária de débitos tributários	12.188	44.114
Provisões para devedores duvidosos (despesa permanente)	-	(9.877)
Outras	(1.248)	82
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício</b>	<b>209.832</b>	<b>285.358</b>
Corrente	-	(849)
Diferido	209.832	12.577
	209.832	11.728
	-	285.358
Alíquota efetiva	-0%	-35%

Incertezas tributárias de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as posições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos materiais nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos fiscais. O tema relacionado abaixo foi avaliado pela Administração e seus assessores legais como provável de ser aceito pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23 / ICPIC 22, conforme relacionado a seguir:

Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro 2025 é de R\$ 317.358 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 303.332). Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Presentemente, as matérias concernentes ao auto infracional, estão sendo discutidas na esfera judicial. Em outubro de 2022, um dos processos que compõe o montante acima teve julgamento desfavorável à Companhia, referente à ação anulatória nº 5033639-63.2022.4.03.6100 que trata do IRPJ e CSLL onde a Companhia pleiteia a anulação dos débitos. Naquela ocasião, a Administração pretendia obter a oportunidade de um Refis e fazer o pagamento desta ação, motivo pelo qual foi efetuado uma provisão no montante de R\$ 49.558 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 49.558). Em 2024, houve a judicialização de toda ação envolvendo o caso (IRPJ, CSLL e IRRF), os assessores jurídicos da Companhia continuam classificando a ação como possível, e com boas chances de êxito. A posição firme de seus assessores jurídicos com relação à possibilidade de êxito na ação, levou a Administração a desistir de entrar em um possível Refis, e tomar a decisão pela reversão da provisão em 2024 classificando o processo como possível.

13. Investimentos

Controladas	Participação societária %	31/12/2024	Aportes de capital	Dividendos distribuídos	Participação nos lucros de controladas	Ajuste de patrimônio líquido	Transfe-rências	31/12/2025
Lundinvest S.A. – Investimentos e Participações (i)	100	986.358	80.000	-	(62.208)	18.866	-	1.023.016
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	(137)	-	-	(2)	-	139	(2)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99	39.196	-	-	(6.506)	-	-	32.690
Alta Empreendimentos Imobiliários S.A.	100	(4)	-	-	-	-	-	4
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	100	-	12	-	-	-	-	12
Alta Administração Hotelaria S.A.	100	-	-	-	-	-	-	-
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100	(1.554)	-	-	-	-	1.554	-
P-LOG Transportes Ltda.	100	-	20	-	1.638	-	-	1.658
Pernambuco (Shanghai) Consulting Management Co.	100	90	2.456	-	(1.916)	-	-	629
Pernambucanas Fundo de Investimento em Diretos Creditórios de Responsabilidade Limitada (ii)	62,15	-	32.907	-	-	-	-	32.907
<b>Total controladas</b>		<b>1.023.949</b>	<b>115.394</b>	<b>-</b>	<b>(68.994)</b>	<b>18.866</b>	<b>1.697</b>	<b>1.090.912</b>
<b>Passivo a descoberto</b>								
Voltei Intermediações de Negócios Ltda.	99,8	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	100	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100	-	-	-	(4.386)	-	(1.554)	(5.940)
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	-	-	-	-	-	(139)	(139)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.386)</b>	<b>-</b>	<b>(1.696)</b>	<b>(6.092)</b>

- (i) Trata-se de dois aportes de capital ocorridos durante o exercício de 2025, nos últimos anos, a PEFISA, controlada indireta vem aumentando de forma significativa a sua carteira de crédito e base de clientes. Em função deste crescimento e para ficar aderente aos índices do Banco Central do Brasil, houve necessidade de a Controladora fazer aporte de capital, efetuados no período de abril a setembro de 2025, no montante de R\$ 80.000 (2024 – R\$ 363.000). Em 1º de janeiro de 2025, foi implementado na controlada indireta PEFISA, a Resolução CMN nº 4.966/2021, emitida pelo Banco Central. A Resolução estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Os impactos da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido na data da transição no montante de R\$ 18.866.
- (ii) Refere-se à subscrição adicional de cotas subordinadas no montante de R\$ 32.907, efetuada pela Companhia no âmbito do Pernambucoans Fomecedores FIDC C.R.L., com o objetivo de recomposição do nível de subordinação requerido contratualmente e manutenção do enquadramento regulatório do fundo. As cotas subordinadas possuem prioridade inferior no recebimento de rendimentos e amortizações, absorvendo primeiramente eventuais perdas da carteira.

Controladas	Participação societária %	31/12/2023	Aportes de capital	Dividendos distribuídos	Participação nos lucros de controladas	Baixas	Transfe-rências	31/12/2024
Lundinvest S.A. – Investimentos e Participações (i)	100	749.210	363.000	-	(125.852)	-	-	986.358
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	46	-	-	(183)	-	-	(137)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (ii)	99,99	257.387	91.587	(28.998)	30.612	(151.212)	(160.180)	39.196
Alta Empreendimentos Imobiliários S.A. (iii)	100	33.083	42.023	-	10.769	(245.665)	159.790	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	100	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (iv)	100	117.440	-	(14.000)	(4.994)	(100.000)	-	(1.554)
Pernambuco (Shanghai) Consulting Management Co.	100	78	1.491	-	(1.869)	-	390	90
<b>Total controladas</b>		<b>1.157.244</b>	<b>498.101</b>	<b>(42.998)</b>	<b>(91.521)</b>	<b>(496.877)</b>	<b>-</b>	<b>1.023.949</b>
<b>Passivo a descoberto</b>								
Voltei Intermediações de Negócios Ltda.	99,8	(10)	-	-	-	-	-	(10)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>

- (i) Trata-se de dois aportes de capital ocorridos durante o exercício de 2024: (i) aumento de capital da Controladora, no montante de R\$ 243.000, relacionado com a transação de créditos tributários diferidos alienados para a PEFISA e subsequentemente aportados como capital na PEFISA, pela Controladora (Nota 12.b); e (ii) nos últimos anos, a PEFISA vem aumentando de forma significativa a sua carteira de crédito e base de clientes. Em função deste crescimento e para ficar aderente aos índices do Banco Central do Brasil, houve necessidade de a Controladora fazer aporte de capital, efetuados no período de abril a agosto de 2024, no valor de R\$ 120.000, totalizando um montante de aportes de capital em 2024 de R\$ 363.000 (2023 – R\$ 210.000).
- (ii) Em 2024, a Alinec realizou reorganizações societárias e transações de venda de imóveis que resultou nas seguintes operações: (i) a Controladora realizou aporte de capital no montante de R\$ 91.587, via realização de lucros originados na transação original de transferência dos imóveis ao valor de custo; (ii) baixa de R\$ 245.665, referente à venda dos imóveis para terceiros; (iii) R\$ 159.790 referente a transferências dos imóveis recebidos da Alinec, no valor de R\$ 159.790, em função da reestruturação para venda da empresa com todos os imóveis pela Alta Empreendimentos Imobiliários S.A. Essas operações geraram um ganho de capital na Controladora no montante de R\$ 131.621, conforme Nota 28.
- (iii) Conforme contrato firmado em 27 de junho de 2024, houve a venda das ações da Alta Empreendimentos Imobiliários S.A. para terceiros, resultando na baixa da totalidade do investimento da Controladora. Na transação de venda da Alta Empreendimentos Imobiliários S.A., ocorreram as seguintes operações: (i) a Controladora realizou aporte de capital no montante de R\$ 42.023, via realização de lucros originados na transação original de transferência dos imóveis ao valor de custo; (ii) baixa de R\$ 245.665, referente à venda dos imóveis para terceiros; (iii) R\$ 159.790 referente a transferências dos imóveis recebidos da Alinec, no valor de R\$ 159.790, em função da reestruturação para venda da empresa com todos os imóveis pela Alta Empreendimentos Imobiliários S.A. Essas operações geraram um ganho de capital na Controladora no montante de R\$ 131.621, conforme Nota 28.
- (iv) Conforme Nota 8, em 2024, a Companhia efetuou a liquidação do mútuo anteriormente registrado como obrigação perante sua controlada Pernambucoans Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda., no valor de R\$ 114.000 mil. A liquidação foi realizada por meio de uma redução de capital da Companhia, no montante R\$ 100.000, juntamente com a compensação de dividendos a receber da referida controlada, no montante R\$ 14.000.

**(a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades Controladora e controladas**  
As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da Controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as controladas possuem a mesma data-base de fechamento da Controladora. As demonstrações financeiras da PEFISA em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas, porém não houve variações materiais nos saldos contábeis por conta dessas diferenças de práticas. A partir de 2025, passou a vigorar a Resolução CMN nº 4.966/21 do Banco Central do Brasil (BACEN), que impacta o cálculo da provisão para devedores duvidosos (PECLD) da controlada PEFISA.

Essa metodologia difere das diretrizes estabelecidas pelo IFRS/CPC. Apesar da divergência conceitual, não houve impacto monetário relevante que justifique ajustes para fins de alinhamento de práticas contábeis. Na controlada Alinec, as receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance do contrato, e não houve divergência com as práticas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em função do previsto na instrução da CVM 476 artigo 17.

(b) Principais companhias do consolidado

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2025				
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida de venda	Lucro (prejuízo) do exercício
Lundinvest S.A.	5.611.820	4.581.972	1.029.848	1.532.196	(55.376)
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	236	375	(139)	-	(2)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	94.399	54.708	39.691	12.984	(10.840)
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	530	6.470	(5.940)	115	(4.386)
Pernambuco (Shanghai) Consulting Management Co.	789	160	629	19	(1.916)
P-LOG Transportes Ltda.	2.040	382	1.658	5.813	1.638
Pernambucanas Fomecedores Fundo de Diretos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada ("FIDC Fomecedores")	52.858	19.951	32.907	-	-

	2024				
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida de venda	Lucro (prejuízo) do exercício
Lundinvest S.A.	5.610.451	4.624.092	986.358	1.488.418	(125.852)
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	236	373	(137)	-	(183)
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	97.528	58.331	39.197	26.420	30.612
Alta Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	-	10.769
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	1.640	3.194	(1.554)	144	(4.994)
Pernambuco (Shanghai) Consulting Management Co.	68	182	(114)	151	(1.868)

(c) Propriedades para investimentos (Alinec)

	2025	2024
Valor dos bens	25.643	56.632
Saldo inicial	-	(57.840)
Baixa por alienação (i)	-	31.042
Reversão (Provisão) impairment (ii)	-	(4.191)
Avaliação a valor justo no exercício	25.643	25.643

- (i) Refere-se à baixa por venda dos imóveis: Cadriri; Teodoro Sampaio; Loja do Campo Grande Shopping; e Mogi Guaçu.
- (ii) Em virtude da desapropriação de imóvel pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), em 2023, a Companhia registrou perda por desvalorização no valor de R\$ 31.042, referente à diferença entre o laudo da PMSP e o valor registrado do imóvel. Ainda em 2023, a Controladora entrou em um processo de arbitragem com a PMSP entendendo que o valor proposto era substancialmente inferior ao valor justo do imóvel. Em 2024, a Controladora obteve êxito na arbitragem obrigando a PMSP a pagar o valor de laudo. Como resultado da arbitragem, a Controladora reverteu a referida provisão no exercício de 2024. Os demais receberam propostas de venda de determinados imóveis por valores inferiores ao valor contábil, em decorrência foi constituído provisão para perdas de um determinado imóvel que foi objeto de venda e em virtude da determinação do preço houve a reversão total do impairment constituído no exercício de 2023 em função da venda dos imóveis para terceiros.

(d) Ativos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 9 de outubro 2023, houve a celebração do contrato de venda do Hotel Jatiúca S.A.; porém em 14 de março de 2025, as partes aditaram novas condições e a concretização da transação está prevista para até o final do primeiro semestre de 2026. Nesta mesma data, a Companhia cedeu os direitos creditórios desta venda para sua controlada PEFISA, conforme Nota 8.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos não operacionais:				
Hotel Jatiúca (i)	64.753	60.109	64.018	64.018
	64.753	60.109	64.018	64.018
<b>Total dos ativos mantidos para venda</b>	<b>64.753</b>	<b>60.109</b>	<b>64.018</b>	<b>64.018</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 64.753 na Controladora e R\$ 60.109 no Consolidado (31 de dezembro de 2024 – R\$ 64.018), refere-se ao valor do investimento da Alta no Hotel Jatiúca, uma vez que Alta está vendendo a participação societária total que detém do Hotel.

14. Imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que, para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanesçam nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

(a) Controladora

Valor contábil	Saldo em 01/01/2025	Adições	Transfe-rências	Provisão para perda	Baixas	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2025	Acumulado	Depre- ciação
Terrenos	1.680	-	-	-	-	-	1.680	1.680	-
Prédios	2.429	-	-	-	-	(58)	2.371	2.463	(92)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	154.113	-	785	(10.878)	-	(27.990)	116.030	508.647	(392.617)
Móveis e utensílios	90.947	-	4.480	-	(326)	(14.196)	80.905	246.206	(165

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(b) Passivo de arrendamento

Table showing financial data for Passivo de arrendamento, including Saldo em 31/12/2023 and 31/12/2024, with columns for Imóvel, Veículo, and Total, split into Controladora and Consolidado.

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia fechou 1 loja (2024 - 24 Lojas) que não vinham performando bem ao longo dos últimos anos, houve a mudança de sua sede para outra localidade, e o encerramento de 7 contratos em função de otimização/redução de área gerando uma baixa no arrendamento no montante de R\$ 20.438 (2024 - R\$ 55.433). Os detalhes foram explicados na Nota 14a.

(c) Resultado

No quadro abaixo, apresentamos os valores reconhecidos no resultado de despesas com depreciação de direito de uso e despesas financeiras de arrendamento, demonstrando a variação entre os valores efetivamente pagos e os valores reconhecidos em resultado.

Table showing Resultado with columns for 2025 and 2024, split into Controladora and Consolidado, including items like Redução em despesas de ocupação and Aumento de depreciação com direito de uso.

(d) Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável

A Companhia possui contratos de arrendamento que se enquadram nas características de isenção da norma para bens de baixo valor, bens que, apesar de não serem de baixo valor, seu prazo é igual ou inferior a 12 meses, e bens cuja contraprestação é variável. Tais contratos estão representados, substancialmente, por empilhadeiras, ferramentas, máquinas e equipamentos de informática. Esses valores são reconhecidos na DRE na rubrica de despesas com vendas.

Table showing Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável, with columns for 2025 and 2024, split into Controladora and Consolidado.

(e) Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos futuros:

Table showing the schedule of future lease liabilities, with columns for years from 2026 to 2033, split into Controladora and Consolidado.

(f) Informações adicionais:

Atendendo ao Ofício da CVM SNC/SEP nº 02/2019, divulgamos os inputs mínimos para projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa nominal recomendado pela CVM. As cotações de inflação projetada são demonstradas para fins de cálculo do fluxo de caixa. Abaixo apresentamos o fluxo de pagamentos, o prazo médio ponderado e as respectivas taxas.

Table showing tax and inflation information, including Período médio (meses), Taxa nominal média, Inflação projetada, Fluxo contratual, and columns for years 2026-2029 and Após 2029.

(i) Calculamos o prazo médio ponderado do fluxo contratual para fins de cotação de taxa, pois os contratos possuem amortizações mensais, reduzindo o prazo médio da operação e o risco para o credor.

(ii) Taxas obtidas através de cotações futuras de cupons DI x Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) observadas na B3, aplicados em contratos do Brasil.

16. Intangível

(a) Controladora

Table showing Intangible assets for Controladora, with columns for Taxa amortização, Saldo em 01/01/2025, Adições, Transfe-rências, Baixas, Amorti-zação, Saldo em 31/12/2025, Custo, and Amorti-zação.

(b) Consolidado

Table showing Intangible assets for Consolidado, with columns for Taxa amortização, Saldo em 01/01/2024, Adições, Transfe-rências, Baixas, Amorti-zação, Saldo em 31/12/2024, Custo, and Amorti-zação.

(i) O efeito da baixa de software no Consolidado é basicamente representado pelas transações ocorridas na PEFISA: venda de software por estratégia de negócios no montante de R\$ 110.363; e baixa de software por adequação a novos cenários que inviabilizam a sua continuidade, no montante de R\$ 71.263.

17. Fornecedores

Table showing Suppliers (Fornecedores) with columns for 2025 and 2024, split into Controladora and Consolidado, including Fornecedores nacionais, Fornecedores estrangeiros, and Total fornecedores.

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(a) Fornecedores - risco sacado

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores a opção de anteciparem seus recebíveis, transferindo o direito do recebimento dos títulos para as instituições financeiras, no âmbito de operações de risco sacado. Os fornecedores que optam pela antecipação recebem o pagamento de forma antecipada e assumem integralmente os encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras, não havendo participação da Companhia na definição de taxas ou condições financeiras dessas operações. Para a realização da antecipação, os bens devem ter sido entregues e as respectivas faturas aprovadas pela Companhia. A liquidação antecipada é processada diretamente pelas instituições financeiras. Em todos os casos, a Companhia mantém a obrigação de pagamento da fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. As operações de risco sacado não implicam em renegociação dos prazos de pagamento, tampouco alteração dos preços ou demais condições comerciais originalmente acordadas com os fornecedores.

(b) Fornecedores - FIDC Fornecedores

A Companhia participa de estrutura operacional de antecipação de recebíveis a fornecedores, por meio de Pernambucoas Fornecedores Fundo de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada ("FIDC Fornecedores"), na qual determinados fornecedores podem optar pela cessão de seus direitos creditórios comerciais, recebendo antecipadamente os valores correspondentes. Os detalhes deste investimento foram divulgados na Nota 5. A adesão dos fornecedores a essa estrutura é facultativa e ocorre sem qualquer alteração de preços, prazos ou demais condições comerciais originalmente pactuadas entre a Companhia e seus fornecedores. Os encargos eventualmente associados à antecipação são integralmente assumidos pelos fornecedores e negociados diretamente entre estes e o FIDC Fornecedores ou seus prestadores de serviço, não havendo participação da Companhia nessas negociações, tampouco recebimento de comissões ou quaisquer outras remunerações. Para a realização da cessão dos direitos creditórios, os bens devem ter sido entregues e as respectivas faturas aprovadas pela Companhia. Em todos os casos, a Companhia mantém a liquidação das faturas nos prazos originalmente acordados, direcionando os pagamentos conforme instruções operacionais previstas nos instrumentos aplicáveis. A utilização da estrutura do FIDC Fornecedores não implica novação, não caracteriza contratação de financiamento, não altera a natureza comercial das obrigações e não modifica a classificação contábil das contas a pagar, que permanecem registradas como fornecedores, considerando a substância econômica das transações.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Table showing Loans, financiamientos, and debentures, with columns for Taxa anual de juros e comissões, Ano de vencimento, 2025, 2024, 2025, 2024, split into Controladora and Consolidado.

(i) A Companhia possui um contrato de empréstimo classificado como capital de giro, originalmente denominado em dólares norte-americanos (USD). Com o objetivo de mitigar o risco cambial associado a essa obrigação, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de swap, que resultaram na conversão da exposição cambial para taxa equivalente a CDI + 6,80% ao ano, conforme descrito na Nota 10 - Instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Os empréstimos classificados como capital de giro em moeda nacional foram contratados com o objetivo de suportar as atividades operacionais da Companhia, incluindo a expansão de sua rede de lojas e o reforço de seu caixa operacional, sendo remunerados com base no CDI acrescido de spread, conforme condições contratuais.

(iii) A Companhia possui Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª emissão em série única (CRI 82), que foram distribuídos por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476.

(iv) 1ª Emissão, em Série Única, nos moldes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021, com distribuição por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e destinadas a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.

(v) 2ª Emissão, em Série Única, nos moldes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, em regime de garantia firme, nos termos da Instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada e destinadas a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução CVM nº 30 de 11 de maio de 2021.

(vi) Os depósitos interfinanceiros apresentados no consolidado referem-se a captações realizadas pela PEFISA, remunerada com base em taxa flutuante atrelada ao CDI.

Os empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, bem como aqueles indexados à variação do CDI, podem apresentar diferenças entre o valor contábil e o valor justo, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado. Essas informações estão apresentadas na Nota 28 - Instrumentos financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão previstos para as seguintes datas:

Table showing maturity dates for loans and financiamientos, with columns for Ano de vencimento, 2025, 2024, 2025, 2024, split into Controladora and Consolidado.

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos e financiamentos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas de mercado aplicáveis nas datas de vencimento, incluindo, quando pertinente, as curvas futuras de câmbio e de taxa de juros.

(a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

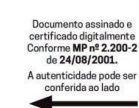
Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2024, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2024, split into Controladora and Consolidado.

Table showing reconciliation of financial activities, with columns for Saldo em 01/01/2025, Captações, Juros provisionados, Juros liquidados, Liquidação principal, Saldo em 31/12/2025, split into Controladora and Consolidado.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(...continuação)

Em decorrência do não cumprimento das cláusulas restritivas (Cross Default) junto ao Banco do Brasil, tivemos efeitos colaterais junto a outras captações financeiras, onde os saldos foram reclassificados para o passivo circulante, totalizando R\$ 78.211, sendo as seguintes captações impactadas:

- (i) Capital de giro – moeda nacional, R\$ 19.177;
- (ii) Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, R\$ 3.944;
- (iii) Notas comerciais – (1ª emissão), R\$ 32.279; e,
- (iv) Notas comerciais – (2ª emissão), R\$ 22.811.

A Administração da Companhia notificou a instituição financeira sobre o descumprimento das cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2025, considerando que a Companhia realizou a liquidação integral do referido empréstimo (Nota 35), não houve o pedido de liquidação antecipada pelo Banco do Brasil, e ainda a obtivemos renúncia (waiver) sobre a captação junto ao Banco do Brasil, que consequentemente impactará na reclassificação do financiamento para o passivo não circulante das transações que foram impactadas.

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2025		2024	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	8.581	112.549	8.053	119.995
Trabalhistas e cíveis	44.546	132.569	60.963	91.197
	53.127	245.118	69.016	211.192
Ativo não circulante	53.127	-	69.016	-
Passivo não circulante	-	245.118	-	211.192

20. Demais contas a pagar

21. Receita diferida

22. Passivo financeiro

23. Plano de pagamento baseado em ações

24. Patrimônio líquido

25. Informações por segmento de negócio

26. Resultados

27. Resultados

28. Resultados

29. Resultados

30. Resultados

31. Resultados

32. Resultados

33. Resultados

34. Resultados

35. Resultados

36. Resultados

37. Resultados

38. Resultados

39. Resultados

40. Resultados

41. Resultados

22. Passivo financeiro

23. Plano de pagamento baseado em ações

24. Patrimônio líquido

25. Informações por segmento de negócio

26. Resultados

27. Resultados

28. Resultados

29. Resultados

30. Resultados

31. Resultados

32. Resultados

33. Resultados

34. Resultados

35. Resultados

36. Resultados

37. Resultados

38. Resultados

39. Resultados

40. Resultados

41. Resultados

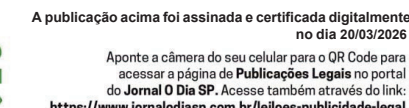
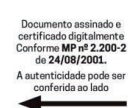
42. Resultados

43. Resultados

44. Resultados

45. Resultados

46. Resultados



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS



C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ativos, Passivos e Patrimônio líquido

Varejo	Produtos financeiros			Total	Eliminações	Consolidado
	Outros (*)					
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante	1.616.409	4.062.640	51.555	5.730.604	(409.150)	5.321.454
Ativo não circulante	3.453.371	1.549.280	53.384	5.056.035	(1.519.556)	3.536.479
<b>Total do ativo</b>	<b>5.069.780</b>	<b>5.611.920</b>	<b>104.939</b>	<b>10.786.639</b>	<b>(1.928.706)</b>	<b>8.857.933</b>
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante	2.249.683	3.416.503	20.045	5.686.231	(438.956)	5.247.275
Passivo não circulante	2.156.701	1.165.569	23.075	3.345.345	(397.708)	2.947.637
<b>Total do passivo</b>	<b>4.406.384</b>	<b>4.582.072</b>	<b>43.120</b>	<b>9.031.576</b>	<b>(836.664)</b>	<b>8.194.912</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>663.396</b>	<b>1.029.848</b>	<b>61.809</b>	<b>1.755.055</b>	<b>(1.092.032)</b>	<b>663.021</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.069.780</b>	<b>5.611.920</b>	<b>104.929</b>	<b>10.786.629</b>	<b>(1.928.696)</b>	<b>8.857.933</b>

(\*\*) A Companhia opera também no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

Varejo	Produtos financeiros			Total	Eliminações	Consolidado
	Outros (*)					
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante	1.545.022	4.460.125	68.621	6.073.768	(355.135)	5.718.633
Ativo não circulante	3.799.307	1.150.326	45.048	4.994.681	(1.292.977)	3.701.704
<b>Total do ativo</b>	<b>5.344.329</b>	<b>5.610.451</b>	<b>113.669</b>	<b>11.068.449</b>	<b>(1.648.112)</b>	<b>9.420.337</b>
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante	2.290.843	3.128.013	55.359	5.474.215	(380.851)	5.093.364
Passivo não circulante	1.942.264	1.496.079	20.917	3.459.260	(243.133)	3.216.127
<b>Total do passivo</b>	<b>4.233.107</b>	<b>4.624.092</b>	<b>76.276</b>	<b>8.933.475</b>	<b>(623.984)</b>	<b>8.309.491</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.111.222</b>	<b>986.359</b>	<b>37.393</b>	<b>2.134.974</b>	<b>(1.024.128)</b>	<b>1.110.846</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.344.329</b>	<b>5.610.451</b>	<b>113.669</b>	<b>11.068.449</b>	<b>(1.648.112)</b>	<b>9.420.337</b>

(\*\*) A Companhia opera também no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

26. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias	4.825.806	5.181.924	4.839.916	5.201.065
Ajuste a valor presente das vendas	(45.074)	(32.948)	(45.074)	(32.948)
Serviços financeiros	-	-	1.803.409	1.757.502
Serviços prestados	48.967	37.033	55.973	41.085
<b>Receita bruta de vendas e dos serviços</b>	<b>4.829.699</b>	<b>5.186.009</b>	<b>6.654.224</b>	<b>6.966.704</b>
Descontos concedidos	(193.863)	(176.312)	(379.471)	(749.079)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(1.204.273)	(1.283.081)	(1.292.068)	(1.387.574)
<b>Receita líquida de vendas e dos serviços</b>	<b>3.431.563</b>	<b>3.726.616</b>	<b>4.982.685</b>	<b>4.830.051</b>

27. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas	(1.834.996)	(2.160.730)	(1.852.078)	(1.777.145)
Custo dos serviços financeiros	(779.675)	(798.606)	(831.491)	(847.863)
Depreciação e amortização	(163.809)	(166.859)	(202.403)	(180.359)
Amortização (arrendamento)	(211.015)	(207.462)	(211.230)	(207.771)
Despesas de transporte	(25.221)	(26.778)	(32.836)	(35.343)
Despesas com publicidade e comunicação	(33.358)	(25.077)	(38.630)	(33.135)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(342.021)	(387.845)	(400.425)	(435.431)
Impostos e taxas	(1.124)	(4.475)	(1.138)	(5.519)
Incoeríveis baixados (líquido das recuperações)	-	-	(743.093)	(998.164)
Despesas com demandas judiciais	(10.280)	(66.321)	(11.668)	(67.629)
Despesa com manutenção e serviço de Processamento de dados (i)	(84.296)	(134.443)	(193.292)	(198.831)
Despesa com cadastro, cobrança e atendimento ao cliente	-	-	(75.158)	(72.355)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3.000 por rubrica)	(89.531)	(70.301)	(202.315)	(200.193)
<b>Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas</b>	<b>(3.575.325)</b>	<b>(4.028.697)</b>	<b>(5.186.109)</b>	<b>(5.366.488)</b>

(i) Esse aumento ocorreu em virtude das manutenções e serviços de processamento de dados anteriormente serem efetuadas por funcionários CLTs, a partir de 2024 houve a troca para Empresas Terceirizadas fazerem a manutenção e dar o suporte necessário para continuidade das operações.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Classificados por função como:</b>				
Custo das mercadorias vendidas	(1.834.996)	(2.160.730)	(1.852.078)	(1.777.145)
Custo dos serviços financeiros	(779.675)	(798.606)	(831.491)	(847.863)
Despesas com vendas	(1.183.184)	(1.308.686)	(1.198.405)	(1.319.418)
Despesas gerais e administrativas	(557.145)	(559.281)	(1.002.181)	(965.011)
Incoeríveis baixados – líquido das recuperações	-	-	(743.093)	(998.164)
<b>Total</b>	<b>(3.575.325)</b>	<b>(4.028.697)</b>	<b>(5.186.109)</b>	<b>(5.366.488)</b>

28. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aluguéis recebidos	10.249	4.168	10.249	4.168
Ganho na alienação de bens – apropriação imobiliária (i)	-	131.621	-	170.785
Ganho (perda) na alienação de bens	(3.919)	(52.437)	(3.919)	(52.437)
Bonificação por expansão de lojas	17.351	10.572	17.351	10.572
Venda de energia elétrica	520	68	520	68
Participação de resultados – Profit sharing (ii)	28.659	(19.895)	-	(2.660)
Resultado na venda de participação societária	153	(2.660)	153	(2.660)
Ajuste a valor justo (AVJ) Imóveis	-	-	-	10.989
<b>Impairment ativos operacionais (iii)</b>	<b>(11.063)</b>	<b>(50.644)</b>	<b>(11.063)</b>	<b>(50.644)</b>
Reversão (Impairment) crédito tributário destinado à venda (iv)	36.372	(36.372)	36.372	(36.372)
Recuperação de créditos fiscais (v)	53.633	63.144	53.633	63.144
Recuperação de ação judicial civil	1.700	-	1.700	-
Resíduos de vale-presente e vale-troca	1.535	956	1.535	956
Apropriação receita diferida – intercompany	30.000	-	-	-
Ataque cibernético (vi)	-	-	(23.087)	-
Outras receitas (despesas) (vii)	8.389	3.382	33.061	(3.552)
<b>Total resultados operacionais, líquidas</b>	<b>173.579</b>	<b>84.185</b>	<b>116.505</b>	<b>115.017</b>

(i) Em exercícios anteriores, a Companhia realizou transferências de imóveis para a controlada via aporte de capital, esses imóveis foram transferidos a preço de custo, ficando o ganho de capital na Controladora para ser realizado pela ocasião da venda desses imóveis para terceiros. Em 2024, houve a venda dos imóveis e o reconhecimento do ganho no resultado da Controladora.

(ii) Refere-se-se à parceria com a controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de profit sharing, 50% para cada uma.

(iii) Refere-se ao impairment de ativos, conforme demonstrado nas Notas 14 e 15.

(iv) A Companhia é titular da totalidade de determinados direitos creditórios devidos pela União Federal, os quais são objeto de ação judicial movida pela Companhia em face da União Federal, esses direitos creditórios em 31 de dezembro de 2024 estavam disponíveis para venda. Foi realizado Laudo por profissional independente, o qual resultou em um impairment no montante de R\$ 36.372, conforme Nota 9(i), o montante dessa operação foi revertido no primeiro semestre de 2025 em função do cancelamento da operação de venda.

(v) Este valor é originado substancialmente em ganho de ação judicial de INSS sobre 1/3 de férias.

(vi) Em 2025, a controlada PEFISA S.A. foi alvo de ataque cibernético que resultou em perda financeira de R\$ 23.087, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia adotou medidas imediatas de contenção e reforço dos controles de segurança da informação, não havendo impactos relevantes na continuidade operacional.

(vii) Refere-se a receitas por antecipação de obrigações e juros da controlada PEFISA S.A.

29. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	10.202	11.573	10.316	11.827
Descontos obtidos	1.320	4.144	1.320	4.156
Ajuste a valor presente – contas a receber	45.785	35.371	45.785	35.371
Atualização monetária depósitos judiciais	-	1.473	-	1.473
Atualização monetária do PIS / COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS (i)	36.318	129.746	36.318	129.746
Atualização monetária INSS a restituir	-	4.032	-	4.032
Outras receitas financeiras	5.225	5.905	6.738	5.203
<b>Total</b>	<b>98.850</b>	<b>192.245</b>	<b>100.477</b>	<b>191.808</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros com empréstimos bancários	(71.863)	(78.107)	(75.527)	(82.598)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(8.550)	(16.738)	(8.550)	(16.743)
Ajuste a valor presente – fornecedores	(115.842)	(112.667)	(115.842)	(112.667)
Juros arrendamento (Nota 15)	(174.849)	(174.429)	(174.859)	(174.416)
Despesas bancárias	(14.797)	(10.735)	(14.858)	(11.321)
Varição monetária passiva com partes relacionadas (Nota 8)	(432)	(4.847)	-	-
Juros com antecipação de recebíveis (ii)	(95.340)	(78.008)	(95.340)	(78.008)
Outras despesas financeiras	(42.278)	(6.643)	(52.512)	(11.322)
<b>Total</b>	<b>(523.861)</b>	<b>(482.174)</b>	<b>(493.860)</b>	<b>(445.260)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(425.011)</b>	<b>(289.929)</b>	<b>(393.383)</b>	<b>(253.452)</b>

(i) Refere-se à atualização monetária sobre ganho de ações judiciais, sendo as principais: complemento da ação judicial transitada em julgado em 08/11/2018 que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS; afastar o PIS e a COFINS sobre a receita de venda dos produtos eletrônicos previstos no artigo 28 da Lei nº 11.196/2005 transitada em julgado em 03/08/2022, e também ação referente ao recálculo de PIS e COFINS, objetivando incluir o ICMS-ST também na exclusão da base do PIS e da COFINS, conforme já pacificado pelo STJ.

(ii) A despesa com antecipação de recebíveis está composta por: Despesas FIDC R\$ 31.350 (2024 – R\$ 13.593); despesas com antecipações em bancos R\$ 20.361 (2024 – R\$ 22.600) e despesas com antecipações em PEFISA R\$ 43.629 (2024 – R\$ 41.815).

30. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas associado aos instrumentos financeiros, e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. A premissa utilizada pela Companhia para registro de seus ativos e passivos financeiros é o valor presente dos fluxos de caixa estimados, e os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40 / IFRS 7.

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	124.198	124.198	-	622.550	622.550	-	-
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	-	58.439	58.439	-	326.424	326.424	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	356.633	356.633	-	3.667.345	3.667.345	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais (Nota 19)	Nível 2	-	53.127	53.127	-	53.127	53.127	-
Saldo com partes relacionadas (Nota 8)	Nível 2	-	199.733	199.733	-	19.601	19.601	-
Outros créditos (Nota 11)	Nível 2	-	144.255	144.255	-	444.619	444.619	-
		-	936.385	936.385	-	5.133.666	5.133.666	-
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	805.309	805.309	-	2.747.790	2.747.790	-
Fornecedores – risco sacado (Nota 17)	Nível 2	-	126.225	126.225	-	44.804	44.804	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	159.779	159.779	-	2.483.662	2.483.662	-
Cessão de direitos creditórios – FIDC (Nota 6)	Nível 2	-	186.910	186.910	-	186.910	186.910	-
Passivo de arrendamento (Nota 15)	Nível 2	-	1.439.326	1.439.326	-	1.439.553	1.439.553	-
Saldo com partes relacionadas (Nota 8)	Nível 2	-	113.616	113.616	-	-	-	-
Demais contas a pagar (Nota 20)	Nível 2	-	149.820	149.820	-	157.731	157.731	-
		-	2.980.984	2.980.985	-	7.060.450	7.060.450	-

Ativos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	304.227	304.227	-	926.372	926.372
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	-	40.364	40.364	-	218.652
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	267.867	267.867	-	3.669.224
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	11.166	-	11.166	11.166	11.166
Depósitos judiciais	Nível 2	-	69.016	69.016	-	69.016
Saldo com partes relacionadas (Nota 8)	Nível 2	-	80.133	80.133	-	33.891
Outros créditos	Nível 2	-	116.227	116.227	-	333.637
</						

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

Disponibilidades e aplicações financeiras	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
S: A	129	31.265
S: A+	274	-
S: BB	767.558	35
S: Ba2	-	21.717
S: Baa3	222	-
S: AAA	327	32.732
S: AA	-	81
S: BB-	182	12.359
S: BB+	2.102	-
S: AA-	2	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	97.967	998.035
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	6.429	8.435
SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.	7.000	-
Mentore Bank Instituição de Pagamentos S.A.	1.709	-
<b>Total</b>	<b>883.901</b>	<b>1.104.659</b>

Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
S: BB	117.905	63.664
S: BB+	552.881	-
S: BB	234.391	-
S: Ba2	-	77.274
S: AA	-	63.758
S: AAA	1.451.467	1.625.955
S: A	8.568	86.610
Letras de câmbio	116.671	205.920
BTG Pactual	-	749.619
Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.	750	-
Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.029	-
Arrendamentos	1.439.553	1.546.267
<b>Total</b>	<b>3.923.215</b>	<b>4.419.067</b>

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M: Moody's; F: Fitch e S: Standard & Poor's.

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez da Companhia tem como objetivo assegurar a manutenção de níveis adequados de caixa e acessos a recursos de curto prazo, de modo a permitir o cumprimento tempestivo de suas obrigações financeiras. O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos realizáveis e passivos exigíveis, bem como entre fluxos de pagamentos e recebimentos, os quais podem afetar a capacidade de pagamento da Companhia, considerando-se as diferentes moedas, indexadores e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o monitoramento desses riscos, a Companhia mantém relatórios de gerenciamento de descasamentos de liquidez, por indexador e data de vencimento, que possibilitam a análise dos riscos de cada entidade do Grupo de forma individual, bem como da posição consolidada. Com relação à preservação da liquidez financeira, a Companhia adota como diretriz a manutenção de recursos financeiros livres e de liquidez imediata em montante equivalente, no mínimo, a 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa projetadas para os próximos 60 a 90 dias. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Controladora			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>						
Fornecedores	931.533	931.533	931.533	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	159.779	190.051	96.885	84.756	8.409	1
Arrendamentos a pagar	1.439.326	1.439.326	240.556	351.725	238.838	608.207
Demais contas a pagar	149.820	149.820	137.162	12.658	-	-
<b>Total</b>	<b>2.680.458</b>	<b>2.710.730</b>	<b>1.406.136</b>	<b>449.139</b>	<b>247.247</b>	<b>608.208</b>

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Contolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Fornecedores	888.615	888.615	888.615	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	311.219	353.693	193.460	112.893	47.341	-
Arrendamentos a pagar	1.545.454	1.545.454	243.606	405.789	367.127	528.932
Demais contas a pagar	38.796	38.796	26.914	11.882	-	-
<b>Total</b>	<b>2.784.084</b>	<b>2.826.558</b>	<b>1.352.595</b>	<b>530.564</b>	<b>414.468</b>	<b>528.932</b>

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>						
Fornecedores	2.792.983	2.792.983	2.792.594	389	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.483.662	3.159.779	1.344.330	1.760.123	55.325	1
Arrendamentos a pagar	1.439.553	1.439.553	240.771	351.737	238.838	608.207
Demais contas a pagar	157.731	157.731	145.073	12.658	-	-
<b>Total</b>	<b>6.873.929</b>	<b>7.550.046</b>	<b>4.522.768</b>	<b>2.124.907</b>	<b>294.163</b>	<b>608.208</b>

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Fornecedores	2.710.790	2.710.790	2.710.401	389	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.872.799	3.270.536	1.178.230	1.712.895	379.410	-
Arrendamentos a pagar	1.546.267	1.546.267	243.917	405.994	367.332	529.024
Demais contas a pagar	162.565	162.565	150.314	12.251	-	-
<b>Total</b>	<b>7.292.421</b>	<b>7.690.158</b>	<b>4.282.862</b>	<b>2.131.529</b>	<b>746.742</b>	<b>529.024</b>

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados. A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total dos empréstimos (Nota 18)	159.779	311.219	2.483.662	2.872.799
Passivo arrendamento (Nota 15)	1.439.326	1.545.454	1.439.553	1.546.267
(-) caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	124.198	304.227	622.550	926.372
Dívida líquida	1.474.907	1.552.446	3.300.665	3.492.694
Total do patrimônio líquido	663.396	1.111.222	663.021	1.110.846
Índice de alavancagem financeira	2,22	1,40	4,98	3,14

31. Resultado por ação

O resultado básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dedutivo, e encontram-se divulgados a seguir:

Numerador básico / diluído (Prejuízo) líquido do exercício	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Quantidade de ações – mil	(464.940)	(386.297)
<b>(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>150.000.000</b>	<b>150.000.000</b>
	<b>(0,0031)</b>	<b>(0,0026)</b>

32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as transações de investimento e financiamento as quais não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa e, desta forma, são apresentados separadamente como informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Hedge accounting – líquido dos efeitos tributários	(1.566)	(183)	(1.566)	(183)
Variação cambial – líquida dos efeitos tributários	(369)	-	(369)	-
Remensuração de arrendamento (Nota 15)	70.209	9.386	69.901	8.523
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN – PEFISA (Nota 6)	-	-	18.866	-
<b>Total</b>	<b>68.274</b>	<b>9.203</b>	<b>86.832</b>	<b>8.340</b>

33. Limites operacionais (Acordo da Basileia)

A controladora PEFISA mantém acompanhamento permanente dos limites operacionais e de capital estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com as diretrizes do Acordo da Basileia e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição encontrava-se enquadrada em todos os limites prudenciais requeridos, incluindo aqueles relacionados ao Índice de Basileia e ao Patrimônio de Referência, evidenciando adequação de capital compatível com o nível de risco de suas operações.

34. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens de imobilizado e propriedades para investimento sujeitos a riscos, bem como seguros de vida, garantia, transporte, aeronáutico, responsabilidades civis, riscos relacionados a administradores e conselheiros, assim como os riscos nomeados em lojas e centro de distribuição. A contratação, renovação, endosso e gestão das apólices são realizadas em conformidade com as diretrizes internas vigentes e com as políticas corporativas aplicáveis, observadas as práticas de mercado e os níveis de governança estabelecidos pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais coberturas de seguros contratadas pela Companhia podem ser resumidas, conforme segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Patrimônio e estoques	Incêndio, explosão, queda de raio, vendaval, danos elétricos	473.864	388.478	486.864	401.078
Mercadorias em transporte	Transporte nacional e internacional (importação).	12.500	12.500	12.500	12.500
Responsabilidade civil Administradores e conselheiros (D&O)	Danos corporais, materiais e morais causados involuntariamente a terceiros, incluindo responsabilidade do empregador.	30.000	25.000	30.000	25.000
	Atos de gestão praticados no exercício regular de suas funções.	203.000	203.000	203.000	203.000

(i) Em 2025, a apólice do Centro de Distribuição foi reduzida, pois tivemos a adição do seguro da locadora que já estava com coberturas para tais riscos. A apólice contempla cobertura para Danos Materiais no montante de R\$ 237 milhões e para Lucros Cessantes no montante de R\$ 40 milhões, incluindo, entre outras, coberturas para eventos climáticos, quebra de máquinas, interrupção de serviços, impedimento de acesso, autoridade civil, desentulho, custos de agilização e demais coberturas acessórias previstas na apólice.

(ii) Cobertura de atlagamento e inundação para as lojas.

Os valores segurados representam os limites máximos de indenização previstos nas respectivas apólices para cada cobertura. A Administração revisa periodicamente as coberturas contratadas, considerando a natureza das operações, o valor dos ativos segurados, a exposição aos riscos, a experiência histórica de sinistros e as práticas de mercado.

35. Eventos subsequentes

**Aumento de capital:** Em 30 de janeiro de 2026, a Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas deliberou aumento de capital em sua controlada Lundinvest S.A. Investimentos e Participações, no montante de R\$ 30.000 sem emissão de novas ações. A Administração avaliou que tais eventos são classificados como não ajustáveis e, portanto, não impactam as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, sendo divulgados em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

**Ataque cibernético:** Em janeiro de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, a sua controlada PEFISA sofreu um ataque cibernético em sua conta corporativa FJ, resultando em impacto financeiro estimado em R\$ 45.100. O efeito desta ocorrência será reconhecido na rubrica "Outras receitas/despesas operacionais" das demonstrações financeiras do exercício de 2026. Com o objetivo de não comprometer os limites de Basileia, a Controladora fez aporte de capital no montante de R\$ 30.000 em 30 de janeiro de 2026.

**Fechamento de lojas:** Após 31 de dezembro de 2025, a Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas aprovou o encerramento das operações de 11 lojas, como parte de seu processo de otimização do portfólio e racionalização da estrutura operacional. A Administração avaliou que tal decisão configura evento subsequente não ajustável, não havendo impactos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, pois a Companhia provisionou todos os custos de fechamento dessas lojas, no exercício de 2025.

**Liquidação de empréstimo bancário:** Em 2 de março de 2026, a Companhia liquidou integralmente o empréstimo bancário contratado junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 10.436, dentro do prazo de vencimento original. Conforme divulgado na Nota 18, a Companhia havia identificado o descumprimento de determinadas cláusulas restritivas (covenants), relacionadas a esse empréstimo. Em 12 de março de 2026, a Companhia obteve do credor a concessão formal de waiver referente ao referido descumprimento na data-base de 31/12/2025. Em razão da liquidação integral do empréstimo e da obtenção do waiver, não ocorreu a caracterização de evento de vencimento antecipado que pudesse gerar efeitos de cross-default sobre outros contratos de empréstimos mantidos pela Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Mitteldorf – <b>Presidente</b>	Evandro Luis Rezera	Ricardo Doebeli – <b>Diretor-Superintendente</b>
	Raif Lundgren	Maurício Leonardo Hasson – <b>Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores</b>
	Americo da Cunha Pereira Filho	Diego Minkevich Silva – <b>Diretor Contábil e Tributário</b>
	Carlos Henrique Bandeira de Mello Júnior	
	Wlmar Silva Rodriguez	James Nunes de Sousa – <b>Contador CRC 1SP194966/O-9</b>

DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**  
Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes da controladora no encerramento do exercício no montante de R\$ 698.027 mil (consolidado, capital circulante líquido positivo de R\$ 14.070 mil). Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da Companhia e de suas controladas (Notas explicativas 2.3.5 e 12(b))</b> A Companhia apresenta registrado saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquido, proveniente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 415.829 mil (consolidado – R\$ 848.629 mil). Um ativo fiscal diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. As projeções de lucros tributáveis futuros são elaboradas pela administração da Companhia e incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos. A realização do ativo pode ocorrer em bases diferentes das atualmente estimadas como provável pela administração da Companhia, motivo pelo qual consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas para avaliação dos dados e das premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor recuperável do saldo de imposto de renda diferidos ativos da Companhia e de suas controladas. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade e testamos os principais dados e premissas utilizadas para suportar as projeções de geração de lucros tributáveis futuros. Efetuamos procedimentos adicionais para as deficiências identificadas a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os dados, premissas e julgamentos efetuados pela administração, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações obtidas.
<b>Porque é um PAA</b> <b>Perda por redução ao valor recuperável do saldo de contas a receber de clientes da controlada indireta PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA") (Notas explicativas 2.3.14 e 6)</b> A Companhia realiza vendas aos consumidores, e oferece serviços financeiros a estes consumidores, mediante concessões de crédito por meio da controlada indireta PEFISA ("Controlada"). Estes créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo Plano de Crédito CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, correspondia a R\$ 1.009.654 mil, no consolidado. Consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria, por se tratar de uma estimativa que requer julgamento significativo da administração da Companhia e por envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: deterioração do risco de crédito, classificação dos créditos em estágios, qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas para avaliação dos dados e das premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor recuperável do saldo de contas a receber da Controlada. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela administração, bem como avaliamos a razoabilidade e testamos os principais dados e premissas utilizadas para suportar o cálculo da perda por redução ao valor recuperável. Discussão com a administração acerca da deficiência de controle interno identificada e ajustes considerados imateriais no contexto das demonstrações financeiras em seu conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os dados, premissas e julgamentos efetuados pela administração, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações obtidas.

**Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado**  
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4A43-93BF-2698-DB0B> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4A43-93BF-2698-DB0B



### Hash do Documento

30CA55FCC7679C82CA749D5E246CF2FEE3B5B9DDAA05392D1975B5F4B573B14C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -  
39.732.792/0001-24 em 20/03/2026 00:04 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212

**IP:** 172.16.4.9

**AC:** AC Certisign RFB G5

